

2020

Relatório de Gestão



**BANCO
MAIS**

Member of **BISON** Group

ÍNDICE

01.		
SUMÁRIO DE INDICADORES		4
02.		
ESTRUTURA ORGANIZATIVA		5
MODELO DE GOVERNO		5
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS		7
03.		
EQUADRAMENTO DA ACTIVDADE		10
LINHAS DE NEGÓCIO		10
Desenvolvimento Tecnológico		13
Compliance		13
Risco		13
Recursos Humanos		14
COVID-19 : impactos, medidas e prevenção		15
Gestão prudencial		16
04.		
ANÁLISE FINANCEIRA		17



**Somos um parceiro
incontornável nas suas
decisões de investimento**

Colocamos à sua disposição
MAIS oportunidades de
negócios.

**我们是您投资决策中不可或
缺的合作伙伴**

我们为您提供更多的商机



**BANCO
MAIS**

O seu parceiro
de negócios.

01.

SUMÁRIO DE INDICADORES

	2019	2020	Var 2020/2019
BALANÇO			
Total de Activos	2.613.053.565	3.528.665.390	↑ 35%
Carteira de Crédito	1.435.389.621	1.496.790.278	↑ 4%
Carteira de Depósitos	1.404.414.041	2.260.554.720	↑ 61%
Capital Social	1.462.798.176	1.462.798.176	→ 0%
Fundos Próprios	906.023.826	993.044.881	↑ 10%
PERFORMANCE FINANCEIRA			
Margem Financeira	328.700.382	361.157.879	↑ 10%
Margem Complementar	75.839.147	70.243.786	↑ -7%
Produto Bancário	404.539.529	431.401.666	↑ 7%
Outros proveitos	123.263.492	32.460.957	↓ -74%
Despesas Administrativas	-140.158.074	-96.660.767	↑ 31%
Despesas com Pessoal	-138.789.046	-118.298.848	↑ 15%
Resultados do Exercício (sem extraod.)	46.667.417	87.864.944	↑ 88%
Resultados do Exercício	146.667.417	87.864.944	↓ -40%
ROA	6%	2%	
ROE	16%	9%	
Qualidade de Activos e Outros			
Imparidade total	215.789.738	272.592.972	26%
Imparidade/Carteira	15%	18%	●
Rácio de cobertura (Imparidade/NPL)	79%	84%	●
Cost-to-Income	69%	50%	●
Cost-to-Income (incl. Amort+Impair)	72%	81%	●
Rácio de Transformação	102%	66%	●
Rácio de Liquidez	28,70%	44,80%	●
Rácio de Solvabilidade	38,69%	38,21%	●
Number of staff	86	77	
Branches	7	7	

02.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA

- MODELO DE GOVERNO
- ESTRUTURA SOCIETÁRIA

MODELO DE GOVERNO

O modelo de governo do Banco está estabelecido nos seus Estatutos e obedece aos requisitos da Lei das Instituições Financeiras (Lei N.º 13/05, de 30 de Setembro). Os Órgãos Sociais são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, Fiscal Único.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A Mesa da Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os Accionistas do Banco, cujo funcionamento é regulado nos termos dos Estatutos. Tem como principais competências:

- Eleição e aprovação das remunerações fixas e/ou variáveis dos membros dos órgãos sociais;
- Apreciação do Relatório Anual do Conselho de Administração, discussão e votação do balanço e contas do Banco, tendo em consideração o parecer do Fiscal Único;
- Deliberação sobre a distribuição de resultados sob proposta do Conselho de Administração; e
- Deliberação sobre alterações aos estatutos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por nove membros que efectuem o acompanhamento geral do Banco, definem as estratégias de actuação e deliberam sobre as matérias mais relevantes para o desenvolvimento do Banco.

COMITÉ DE GESTÃO

Conforme a decisão do accionistas, em 2020 a gestão executiva do Banco foi assegurada por um Comité de Gestão composta por três elementos executivos, designados pelo Conselho de Administração, que dispõem de amplos poderes de gestão para a condução da actividade do Banco.

As reuniões do Comité de Gestão realizaram-se, no mínimo, duas vezes por mês e sempre que sejam convocadas pelo seu Coordenador.

Ao longo de 2020, o Comité de Gestão implementou, sob a sua supervisão, estruturas, controlos e processos com vista a assegurar e monitorizar as actividades do Banco nos momentos críticos, quer as de gestão corrente quer as de valor estratégico para a organização. Instituiu reorganizações internas que em conjunto com os Órgãos Colegiais, asseguraram a monitorização das várias áreas organizacionais.

Órgãos Colegiais: Comité de Coordenação, Comité de Auditoria, Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), Comité de Gestão de Risco, Comité de Crédito, Comité de Auditoria, Comité de Negócios, Comité de IT e Comité de Recursos Humanos.

Comité de Coordenação: O Comité de Coordenação, que se realiza mensalmente, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis dos departamentos. Tem como função avaliar, em termos globais,

o desempenho das actividades do Banco, identificar os pontos de estrangulamento e definir planos de actuação interdepartamental com vista a alcançar as metas definidas.

Comité de Auditoria: O Comité de Auditoria analisa, avalia e recomenda melhorias nos sistemas de controlo interno e nas práticas contabilísticas, com base em planos de auditoria que levam em consideração os graus de risco relativo de cada função ou aspecto da actividade. O Comité de Auditoria desempenha um papel abrangente em matérias relativas ao controlo interno.

Comité de Gestão de Activos e Passivos: O Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) tem uma periodicidade mensal e é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos responsáveis dos Departamentos de Tesouraria e Mercados, Gestão de Risco e Planeamento e Controlo. O Comité avalia, mês a mês, a evolução da conta de exploração do Banco, identificando eventuais desvios de liquidez, de taxas de juro e de taxas de câmbio.

Comité de Crédito: O Comité de Crédito realiza-se semanalmente e é constituído pelo do Departamento de Crédito, Departamento Comercial, Departamento de Gestão de Risco, Departamento Jurídico e membros da Comissão Executiva. Tem como funções deliberar sobre as operações de crédito a clientes e acompanhar a evolução da qualidade da carteira de crédito.

Comité de Gestão de Risco: O Comité de Gestão de Risco, realizado mensalmente, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis do Departamento de Gestão de Risco, Crédito e Planeamento e Controlo. Tem como função monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Banco, zelando pelas políticas, metodologias e procedimentos de avaliação e controlo de todos os tipos de risco, bem como analisar a eficácia do processo de gestão de riscos.

Comité de Negócios: O Comité de Negócios, que tem periodicidade mensal, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis do Departamento Comercial e Marketing. Tem como função fazer o acompanhamento das iniciativas de âmbito comercial, propondo estratégias de actuação conducentes à aceleração da evolução do negócio de cada segmento de Clientes.

Comité de IT: O Comité de *IT - InformationTechnology* realiza-se mensalmente e o seu quórum é constituído pelos membros da Comissão Executiva, pelos Responsáveis de Departamentos e de Projectos em curso. Tem como função a priorização, orçamentação e o acompanhamento de todos os projectos estruturantes, enquadrados no âmbito de IT.

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único é responsável pelo controlo e pela legalidade da gestão financeira e patrimonial do Banco. De entre várias competências, destacam-se:

- Acompanhar e fiscalizar, com regularidade, o cumprimento dos regulamentos contabilísticos aplicáveis, a situação financeira e patrimonial do Banco e analisar a contabilidade;
- Dar parecer sobre o relatório de gestão e sobre as contas de Administração para cada exercício, incluindo documentos de certificação legal de contas anuais;
- Elaborar relatórios da sua acção fiscalizadora, incluindo um relatório anual global;
- Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelos órgãos de Gestão do Banco;

Este cargo é desempenhado pela empresa de Auditoria DELOITTE & TOUCHE(Moçambique) LDA.

AUDITOR EXTERNO

A auditoria externa é assegurada pela KPMG, Lda. O Banco considera que os seus Auditores Externos em exercício possuem os requisitos de disponibilidade, conhecimento, experiência e idoneidade requeridos para o desempenho cabal das suas funções.

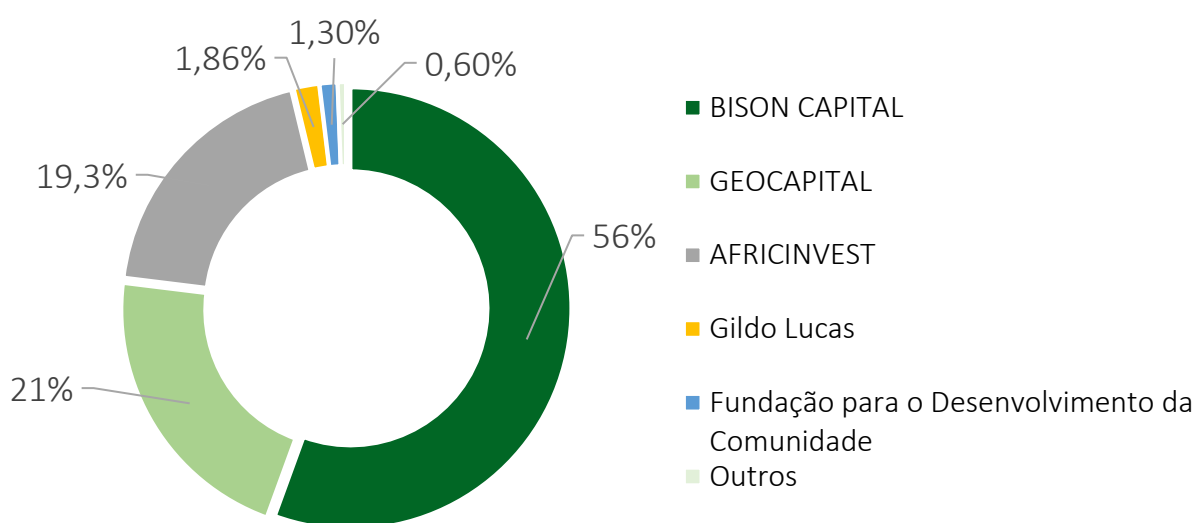
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE Gildo dos Santos Lucas VICE-PRESIDENTE Lourenço Uate	PRESIDENTE Narciso Matos VICE-PRESIDENTE - VOGAIS Bian Fang Pedro Cardoso Joel Sibrac Mehdi Gharbi Valentim Chernysh
COMITÉ DE GESTÃO	FISCAL ÚNICO
COORDENADOR Gido dos Santos Lucas MEMBROS Valentim Chernysh Iuri Khan	DELOITTE & TOUCHE (Moçambique) LDA

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O Banco MAIS é um banco focado no segmento empresarial que presta um serviço completo de banca comercial aos seus clientes, através das suas sete (7) Unidades de Negócios distribuídas pelo País. Em 2020, o Banco MAIS não reforçou os seus capitais próprios mantendo o valor em 1.462.798.178 MZN. A distribuição das acções por cada acionista é demonstrada no quadro ao abaixo.

Estrutura Accionista



O Banco MAIS integra na sua estrutura accionista as entidades e indivíduos de várias geografias, nomeadamente, Moçambique, Macau e Hong Kong (China), Maurícias.

A **BISON Capital Financial Holding Co Ltd** entrou na estrutura societária em 2018 por via de subscrição das acções e aumento de capital. Em 2019 este acionista reforçou a sua posição com novo aumento de capital, continuando ser o maior accionista do Banco MAIS ao deter 55,56% do capital.

A **BISON Capital Financial Holding Co Ltd** é uma holding multinacional de investimentos que actua em diversas áreas, com investimentos no sector financeiro e também no sector dos *media* e saúde. A estratégia da BISON baseia-se na alocação de recursos financeiros a nível mundial. Conta com uma equipa profissional de gabarito internacional focada na materialização das novas oportunidades de crescimento das empresas do grupo e potencia a formação de importantes alianças estratégicas em vários sectores de negócios.

No mercado financeiro asiático, a BISON estabeleceu uma plataforma global de gestão de património em Hong Kong e mantém parcerias estratégicas estreitas com diversas instituições financeiras na China.

A **Geocapital – Gestão de Participações, S.A.** e a **AfricInvest Financial Sector Limited**, que entraram na estrutura accionista do Banco em 2014, são entidades com um forte conhecimento e experiência na gestão de instituições

financeiras em África. Desenvolveram ao longo dos anos uma rede de parceiros internacionais de relevo, facilitando as ligações a Portugal, China, Macau, Hong-Kong, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Tunísia e França.

A **Geocapital** construiu uma rede de relações privilegiadas no contexto da sua actuação no quadro do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

A **AfricInvest** tem merecido a distinção de um relacionamento muito especial com a IFC do Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimento, o African Development Bank, a Agência de Desenvolvimento Francesa e o Banco de Desenvolvimento da Holanda.

Gildo Lucas é o maior acionista individual do Banco, continua ligado à origem do Banco MAIS (anteriormente denominado Banco Tchuma, sendo o fundador deste banco). Renomado executivo e doutorado, ele é portador do DNA da instituição.

A **FDC – Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade** é uma instituição privada sem fins lucrativos com uma forte presença em Moçambique desde 1994, que visa fortalecer as capacidades das comunidades desfavorecidas com o objetivo de vencer a pobreza e promover a justiça social em Moçambique. As principais áreas de atuação da FDC são a educação, saúde, direitos humanos e cidadania, segurança alimentar, género e ambiente.

O Gildo Lucas e a FDC são accionistas fundadores do Banco Tchuma que actualmente é Banco MAIS S.A.

03.

EQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

- LINHAS DE NEGÓCIO
- SUPORTE DO NEGÓCIO

LINHAS DE NEGÓCIO

Durante o ano de 2020, o Banco MAIS deu continuidade a sua estratégia comercial suportada pelo alargamento da base de clientes e segmentação da rede de negócio em função das necessidades dos clientes. Foram levadas a acabo as acções de diversificação na captação de funding, controle de risco nas operações activas, estabilização de níveis de liquidez e foco nos resultados. As actividades realizadas reflectiram-se na evolução do negócio.

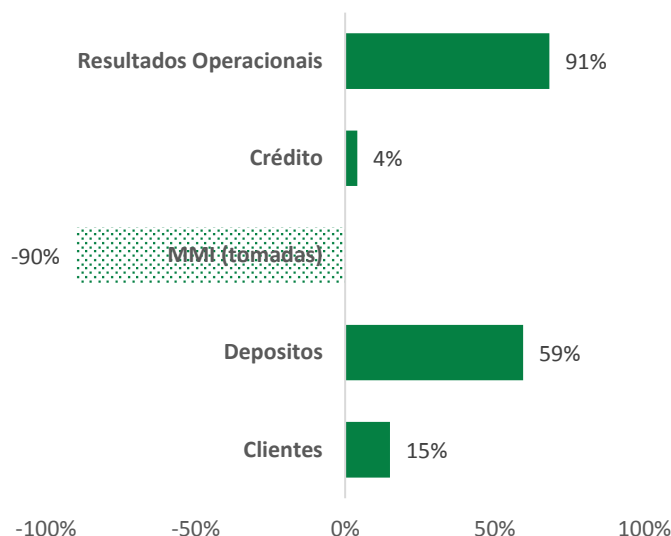
Deve ser notado que o comportamento da economia e gestão do Banco em 2020 foram completamente atípicos devido a impacto da COVID-19 e várias medidas restrictivas que foram implementadas tanto a nível do país com a nível mundial.

Mesmo assim, o banco registou aumento de número de clientes na ordem de 15%, demonstrando a contínua tendência de reforço da presença no mercado. Os nível de captação de funding resultaram na captação de mais de 850 milhões de meticais em Depósitos de Clientes proporcionando um aumento de 61%. Isto permitiu ao Banco MAIS diminuir o uso das linhas no mercado interbancário, gradualmente passando do nível de tomadas de 450 milhões de meticais em 2019, para menos de 100 Milhões no primeiro trimestre, reduzindo para zero a necessidade de uso de tomadas a partir de Junho de 2020.

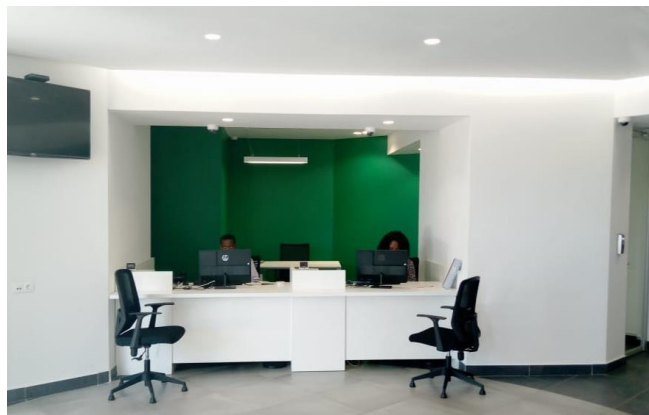
A estabilização de liquidez permitiu o Banco retomar a concessão de crédito a partir de Janeiro de 2020, tendo desembolsado mais de 400 Milhões de Meticais no decurso do ano. Estas e outras acções permitiram garantir um desempenho positivo registando pelo segundo ano consecutivo os lucros anuais em linha com os orçamentados.

As prioridades estratégicas e comerciais continuam a apostar na principal linha de negocio, retalho e funcionários públicos, ao mesmo tempo privilegiando a captação de clientes da comunidade chinesa, diversificação da carteira de passivos e introdução de novas linhas de negócio tais como intermediação das operações nos mercados de capitais.

Captação de Clientes, Depósitos de Clientes, Utilização de linhas no MMI, Crédito à Clientes
(em percentagem),



Após a abertura de uma nova Unidade de Negócio no Xai-Xai, foram concluídas as obras de remodelação na agência de Tete cuja abertura prevê-se para primeiro semestre de 2021. Desta forma as unidades de negócio do Banco MAIS poderão ter uma imagem corporativa única adequada a um padrão moderno e respondendo de modo distintivo às necessidades de atendimento personalizado.



Manteve-se o foco permanente nas principais variáveis estratégicas de negócio do Banco com o acompanhamento mensal através do modelo de dinamização comercial que tem associados incentivos que visam premiar o mérito das equipas que se distinguiram pelo seu compromisso na materialização dos objectivos.

Proseguiu-se com a actualização das condições da oferta de poupança em resultado das alterações observadas nas taxas directoras.

Para completar a sua oferta, o Banco tem em curso o projecto de ligação à Rede VISA que tem estado a decorrer em conjunto com provedor nacional SIMO desde meados de 2019.

No crédito aos funcionários públicos foi revisto o procedimento de concessão de crédito. Foram igualmente revistos todos os documentos de suporte das vendas facto que permitiu melhorar os níveis de serviços dos vários intervenientes, permitindo aumentar a área geográfica de actuação do Banco MAIS na venda do crédito através de parceiros e agentes locais.

Foram reforçadas as iniciativas que permitiram uma maior proximidade com os clientes, através de parcerias e protocolos estabelecidos com entidades públicas e organizações, procurando responder de forma transversal às exigências e necessidades dos clientes particulares e empresas, destacando-se a assinatura do protocolo de cooperação com a ASSOCIAÇÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS com vista à oferta de Produtos e Serviços financeiros em condições preferenciais. A assinatura do protocolo visava apoiar as PME's através de uma Linha Especial de Crédito – destinada aos projectos devidamente seleccionados pela APME de acordo com a sua relevância, aplicabilidade e potencial de sucesso.

Com o objectivo de contribuir no crescimento do mercado de capitais o Banco MAIS intermediou operações de admissão à cotação na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), lançamento de papel comercial e aquisição de Obrigações de Tesouro para terceiras entidades (clientes).

Sala de Mercados e Tesouraria

Tem como finalidade assegurar a intervenção do Banco nos mercados monetário, cambial e de capitais por conta própria ou/e de Clientes. A Sala de Mercados continuou a prestar um aconselhamento especializado aos Clientes através de sistemas de negociação, sistemas de comunicação e sistemas de informação que lhe permitem acompanhar os mercados em tempo real.

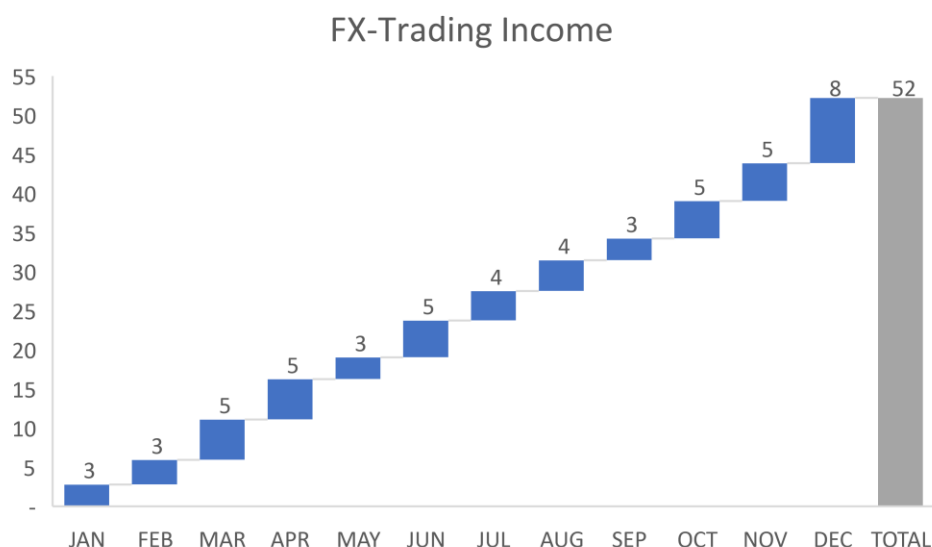
- **Mercados Monetário:** responsável pela gestão da liquidez do Banco;
- **Mercado Cambial:** responsável pela gestão de todas as operações cambiais à vista, a prazo e de futuros
- **Mercado de Capitais:** responsável pela gestão de valores mobiliários.

Canais de Comunicação, interação e Informação:

- ✓ Ligação do Banco MAIS a **Plataforma 360T**
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a **Bolsa de Valores de Moçambique**;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a **Central de Valores Mobiliários de Moçambique**;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a **Reuters e Dealing Eikon**;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a **Fxstreet**

Durante 2020, os volumes de negociação estiveram sob pressão e declínio, visto que o metical continuou a desvalorizar ao longo do ano, perdendo mais de 21% do seu valor entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020.

Tendo a procura excedente a oferta combinada com a volatilidade cambial e escassez de volumes, os dealers do Banco MAIS optaram por uma estratégia de negociação conservadora, que ao longo do ano permitiu ao Banco atingir um total de 52 milhões de meticais em resultados cambiais, sendo apenas 10% abaixo do desempenho de 2019



SUPORTE DO NEGÓCIO

Desenvolvimento Tecnológico

O Banco MAIS intensificou em 2020 a modernização tecnológica e optimização dos sistemas de informação, através de um conjunto de projectos que visam a melhoria dos processos e o aumento da produtividade, alavancando o valor das soluções do negócio, por um lado e, por outro, garantindo a escala necessária para suportar o crescimento do negócio.

No contexto actual da crescente mobilidade de soluções, integrabilidade e acessos remotos, a especial atenção foi dada para assuntos de cibersegurança, actualização de sistemas de redundância e comunicações.

Para garantir a concretização de objectivos traçados foi autorizado um investimento adicional na ordem de 30 milhões de meticais a serem realizados durante 2020 e 2021.

Compliance

O Departamento de Compliance do Banco MAIS encontra-se operacional desde os finais de 2014, de forma permanente e efectiva, e encontra-se sob a coordenação directa do Conselho de Administração.

O principal objectivo deste Departamento é prevenir e evitar a violação das normas e/ou desvio de condutas que acarretem consequências negativas para o Banco e para a sociedade: exigir um comportamento aos colaboradores que esteja de acordo com a legislação em vigor, conforme com as Leis nacionais e os normativos internos do Banco, conciliando as acções, condutas e procedimentos com as exigências legais, éticas e regulamentares.

A prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, uma postura profissional e deontológica, que respeite as regras internas e estatutárias, as regras de conduta e de relacionamento com os clientes e as orientações dos órgãos sociais, destacam-se como principais vectores de orientação para um comportamento *Compliant*.

Em 2020, segundo ano consecutivo, o Banco MAIS foi nomeado pela ACCPA (*Association of Certified Compliance Professionals in Africa*) para vários prémios desta associação. Isto demonstra a dedicação da instituição e seus profissionais no investimento continuo para manter os elevados padrões de KYC e cumprimento de normas.

Risco

O Departamento de Risco é responsável por monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Banco e por analisar e propor políticas, metodologias e procedimentos de avaliação, gestão e controlo de todos os tipos de risco a que o Banco se encontra exposto. Faz o acompanhamento da evolução do risco por produto e segmento bem como o acompanhamento do risco ajustado aos principais clientes.

Recursos Humanos

O Departamento de Recursos Humanos assume a responsabilidade por estabelecer as políticas e práticas para o capital humano nas diferentes áreas do Banco, promovendo um ambiente de trabalho saudável, equilibrado, competitivo e orientado para as metas do Banco.

Em 2020 devido a instabilidade do clima económico e crescente efeito da pandemia COVID-19, as novas contratações e reforços das equipas foram temporariamente suspensas. Foi dada a prioridade para reestruturação e capacitação interna, para suprir as necessidades pontuais de pessoal. Contudo, tendo em conta a eminente necessidade de reforço das equipas foi previsto um plano de contratações que irá entrar em acção em 2021. Isto permitirá dotar o Banco nas valências necessárias em termos de *know-How* bancário que facilitara implementação eficaz da estratégia definida e cumprir com as exigências do Banco Central em determinadas áreas.

Em termos globais verificou-se uma diminuição do quadro de pessoal em 9 colaboradores face a 2019 abrangendo tanto as áreas comerciais como de serviços centrais e suporte.

Colaboradores do Banco MAIS	2019	2020
<i>Serviços Centrais</i>	42	38
<i>Rede Comercial</i>	44	39
Total	86	77

Colaboradores Banco MAIS	2019	2020
<i>Homens</i>	49	44
<i>Mulheres</i>	37	33
Total	86	77

Em 31 de Dezembro de 2020, o quadro de pessoal do Banco MAIS era composto por 77 Colaboradores, dos quais 44 eram do género masculino e 33 do género feminino.

O Banco MAIS tem vindo a seguir uma política de gestão de recursos humanos que privilegia a integração de jovens recém Graduados e alguns com experiência de trabalho no sector financeiro. As novas contratações seguem o princípio indicado, no entanto a estrutura de idades e a escolaridade dominada por colaboradores com idades compreendidas entre 31 e 45 anos – representando pouco mais de 47%.

A idade média de colaboradores do Banco situa-se nos 37 anos, sendo que 47% dos colaboradores do Banco têm entre 31 e 45 anos.

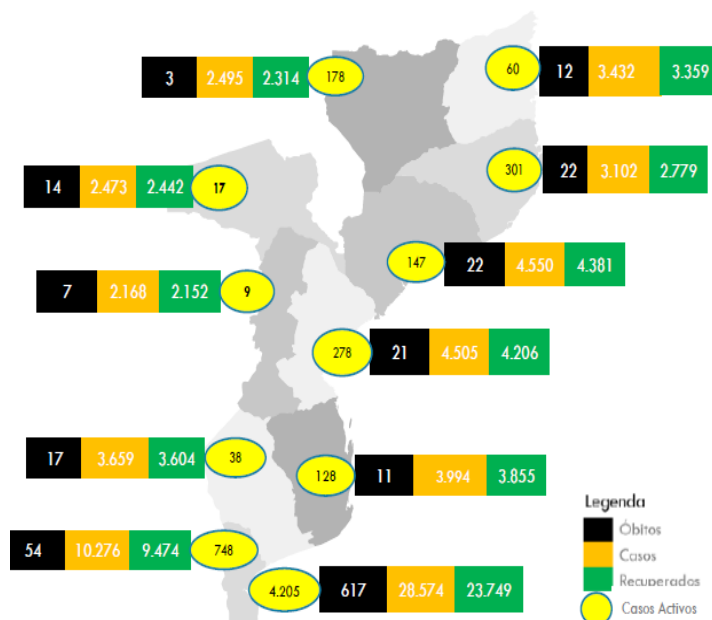
Em 2020 as acções de formação foram limitadas devido a impossibilidade de realização de eventos presenciais (restricções de COVID-19). Algumas acções pontuais, especialmente dadas para áreas de back-office, foram ministradas a distancia e por via de meios digitais.

COVID-19 : impactos, medidas e prevenção

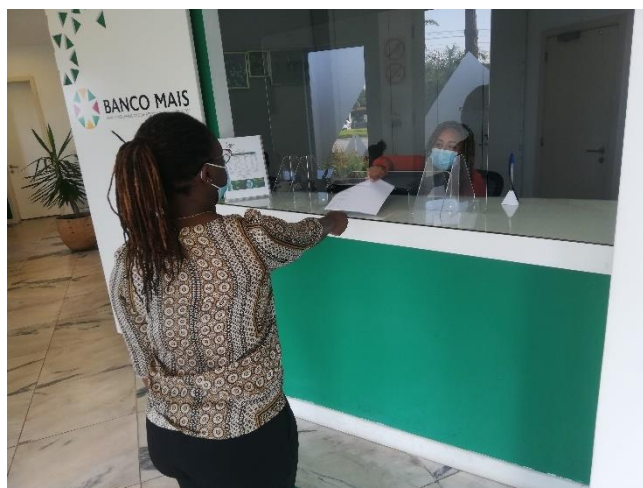
Os primeiros impactos de COVID-19 afectaram Moçambique no início de segundo trimestre do ano (2020) com crescimento gradual durante os meses seguintes, totalizando 18.642 casos detectados até 31 de Dezembro 2020, com percentagem de óbitos a situar-se abaixo de 1%. Entretanto, à data da elaboração deste relatório (Abril 2021) a situação indica uma evolução acentuada tendo já atingido as cifras de 69.228 casos confirmados, 62.315 recuperados e 800 óbitos. (fonte: MISAU)

A distribuição dos casos por províncias demonstra o maior número de casos na cidade e Província de Maputo seguidos pela Nampula e Sofala, norte e centro do país respectivamente.

O Banco MAIS adoptou estratégia corporativa para prevenção de COVID-19 nas instalações do Banco alinhada com as directrizes do Governo e melhores práticas do mercado. Entre outras medidas, a estratégia incluí a implementação de escalas de rotatividade de pessoal, monitoria do distanciamento social para colaboradores e clientes, acções de desinfectação das instalações incluindo a verificação e aprovisionamento de materiais de higiene e prevenção.



(Fonte: MISAU, Boletim Diário COVID-19)



Até 31 de Dezembro de 2020 o apenas 3 agências do Banco foram temporariamente encerradas (menos de uma semana) devido a ocorrências de casos de COVID-19. O banco teve 9 infectados, com sintomas da gravidade média ou baixa, sem nenhum óbito e todos recuperados a data de elaboração deste relatório (Abril 2021). A rápida acção ajudou a evitar a transmissão interna tanto para colaboradores como para o clientes do Banco.

Gestão prudencial

O Banco MAIS acredita que a gestão de riscos é imprescindível para fomentar a estabilidade das instituições financeiras a longo prazo e que a habitual postura de transparência na divulgação de informações referentes a esta actividade o fortalecem, contribuindo para a solidez do sistema financeiro nacional e a sociedade em geral.

O Banco MAIS está sujeito a riscos de diversas naturezas relacionados com o desenvolvimento da sua actividade.

A exposição a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que, de forma ampla, o banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos e está refletido na filosofia de gestão de riscos corporativos que por sua vez influencia a cultura e o modo de atuação da instituição.

Esta exposição é influenciada por diversos factores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa. Na instituição, a exposição é descrita de maneira qualitativa (descrevendo os riscos que são admitidos pelo banco) e quantitativa (valores apurados para cada tipo de risco).

A exposição a riscos está alinhada com a estratégia do banco, demonstrando o encaixe da estrutura de *governance* na sua definição e acompanhamento. O processo de acompanhamento dos riscos é institucional, sendo considerado desde o processo orçamental.

A gestão de riscos no Banco MAIS obedece a princípios, metodologias e procedimentos de controlo e *report* definidos, atendendo aos riscos específicos de cada negócio. A política de gestão de riscos do Banco MAIS visa a identificação, avaliação, acompanhamento, controlo de todos os riscos materiais a que a instituição se encontra exposta, tanto por via interna como externa, por forma a assegurar que os mesmos se mantêm em níveis compatíveis com a tolerância ao risco pré-definida pelo órgão de administração.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos, salientando-se os riscos de naturezas financeira e não financeira, que são intrínsecos à actividade do Banco MAIS.

O Banco MAIS, perante a complexidade e variedade de produtos e serviços oferecidos aos seus clientes em todos os segmentos de mercado, está exposto a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos. Portanto, é imprescindível a adoção de uma monitorização constante de todos os riscos, de forma a dar segurança e conforto a todas as partes envolvidas.

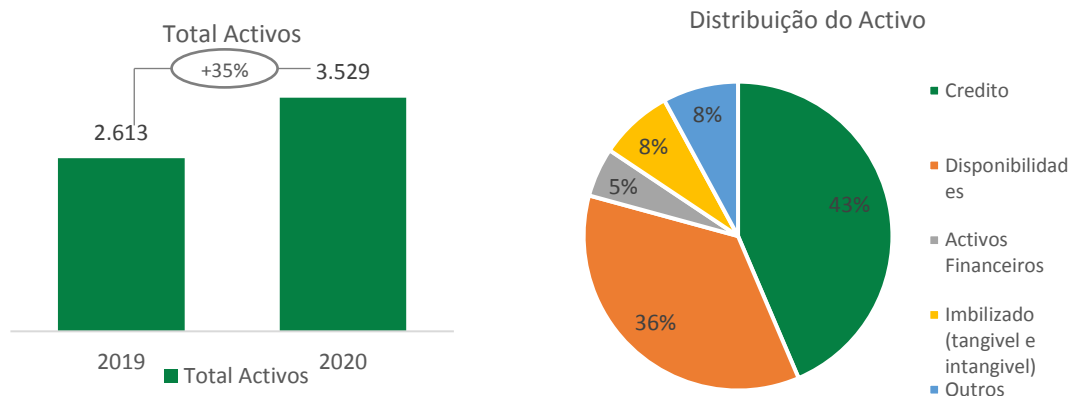
04.

ANÁLISE FINANCEIRA

O Banco MAIS – Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A, em conformidade com o disposto no Aviso n.º 04/GBM/2007 e disposições complementares emitidas pelo Banco de Moçambique, apresenta as contas individuais e consolidadas referentes aos exercícios de 2019 e 2020, segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). Os resultados e os rácios financeiros atingidos, demonstram a adopção pelo Banco de critérios de prudência de actuação na gestão de liquidez, na concessão de crédito aos clientes, na diversificação da carteira de depósitos e no investimento feito ao longo do ano em infraestruturas de suporte de negócio, incluindo segurança informática.

Evolução do Activo

O activo total líquido situa-se nos 3.529 Milhões de Meticais no final de Dezembro de 2020, contra os 2.613 Milhões de Meticais apurados em igual período de 2019, o que representa um aumento na ordem de 35% (+915 Milhões de Meticais) principalmente devido a aumento de activos líquidos. No conjunto dos activos totais, o crédito a clientes continuou a crescer ao longo do ano, tendo re-iniciado os desembolsos em Janeiro e passando a representar 43% (2019: 55%), disponibilidades em instituições financeiras 36% (2019: 19%), activos financeiros ao custo amortizado 5% (2019: 7%), Imobilizado (tangível e intangível) 8% (2019 11%) e outros activos com 8% (2019: 5%).

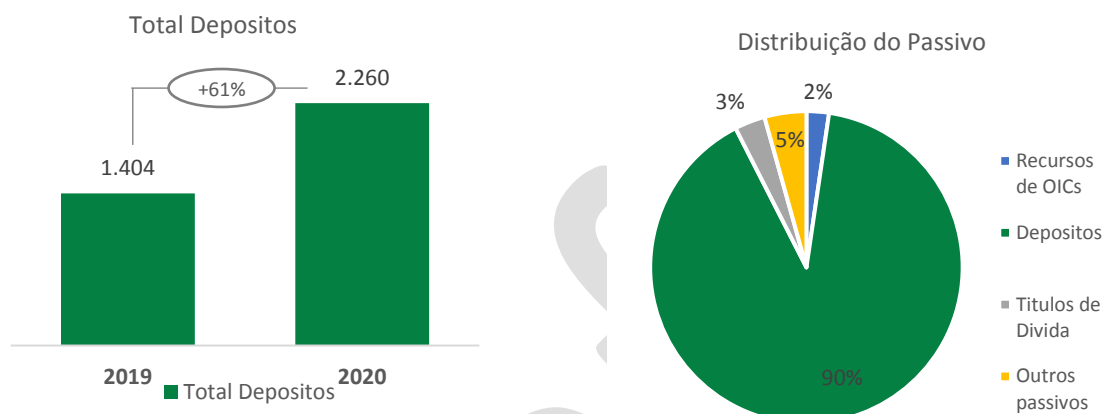


Passivo e Situação Líquida

O Passivo situou-se em 2.535 Milhões de Meticais, representando um aumento de 49% (1.714 Milhões de Meticais) face a 2019. Este aumento resulta em grande medida das acções de captação de funding e diversificação da carteira de depósitos feita ao longo de todo o ano. As acções desencadeadas resultaram em captação de novos clientes e

aumento de envolvimento dos clientes existentes com consequente acréscimo nos volumes de depósitos em 61% (+856 Milhões de Meticais) melhorando os níveis de liquidez do Banco. O total da carteira de depósitos atingiu 2.260 Milhões de Meticais, (1.404 Milhões de Meticais) em 2019, voltado para os níveis de ano antepassado.

A concentração individual melhorou, mantendo-se baixo em média abaixo de 30%. Actualmente volume de depósitos representam 90% do passivo. O resto é distribuído entre Recursos de Outras Instituições financeiras 2% (4% em 2019), Títulos de Dívida 3% (5% em 2019) e Outros passivos 4% (3% em 2019).



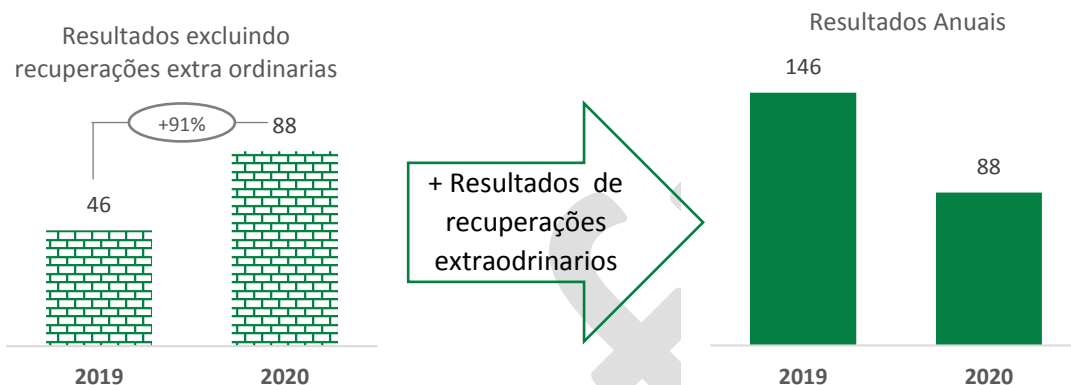
Cerca de 97% de recursos são constituídos em moeda nacional, devido a restrições administrativas e legais na movimentação da moeda estrangeira impostas pelo Banco Central, combinado com elevadíssimas taxas de reservas obrigatórias (32,50%) para moeda estrangeira, tornando a captação de funding em moeda estrangeira difícil e pouco rentável.

A rubrica de Recursos de OICs diminuiu para metade, representando melhoria significativa no nível geral de liquidez e quase nenhuma dependências das tomadas nos mercados monetários. Ao mesmo tempo, a rubrica de Títulos de Dívida que representa o título corporativo do Banco MAIS, lançado em 2018, diminuiu cerca de 38 Milhões Meticais devido a dois pagamentos de cupões contendo juros e capital. O referido título terá a sua maturidade nos finais de 2022.

Por sua vez, a Situação Líquida teve crescimento na ordem de 15% atingindo 994 Milhões de Meticais (906 Milhões em 2019) devido ao efeito de resultados positivos de 88 Milhões de Meticais. Os últimos dois anos contribuíram com mais de 230 Milhões de Meticais de resultados positivos que por sua vez aumentaram os níveis de capitais próprios, nivelando os prejuízos acumulados dos primeiros exercícios.

Resultados e Rentabilidade

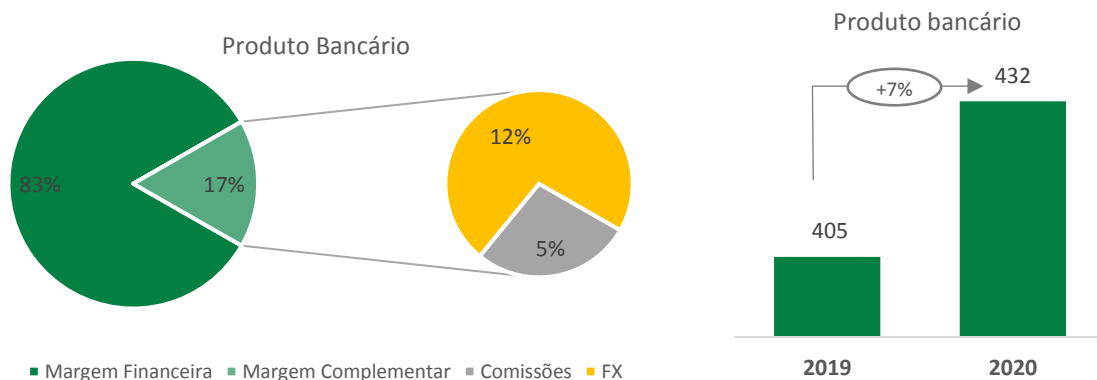
Em 2020 o Banco MAIS atingiu resultados positivos continuo a tendência positiva, tendo assegurado um lucro de **88 Milhões de Meticais (146 Milhões de Meticais em 2019)**. Apesar de ser inferior a 2019, este resultado demonstra a solidez na performance do Banco, refletindo a performance operacional.



Deve ser notado que os resultados de 2019 foram positivamente influenciados pela recuperação de crédito mal parado, atribuindo um resultado extraordinário de 100 Milhões de Meticias. Sendo assim, em termos operacionais, o resultado de 2020 sem contar com recuperações (excluindo os ganhos extraordinários), foi 91% superior a de 2019, situado perto de 88 Milhões de Meticais.

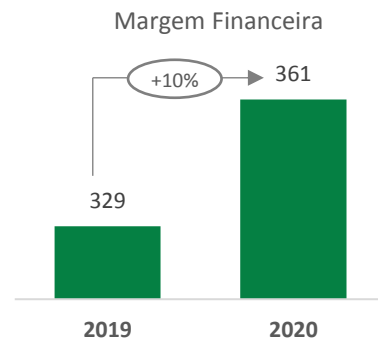
Produto Bancário

O Produto Bancário, que inclui a Margem Financeira bem como a Margem Complementar (Resultados de Serviços e Comissões e Resultado de Operações Financeiras), fixou-se em 432 Milhões de Meticais, um crescimento de 7% face ao ano anterior (405 milhões de meticais), o que demonstra a correcta estratégia de gestão e confiança depositada pelo mercado no Banco MAIS. Este é terceiro ano consecutivo com aumento de produto bancário. Deve ser notado que os efeitos das pandemia da COVID-19 e as consequentes medidas restrictivas tiveram um claro impacto negativo em todo o



tecido empresarial da economia, incluindo o segmento de retalho e funcionários públicos. Ao mesmo tempo, a desvalorização do Metical (-22%), redução do Investimento Directo Estrangeiro conjugado com a política monetária restrictiva do Banco Central (diminuições das taxas de juros) limitaram o crescimento dos principais *drivers* de negócio do Banco MAIS.

A Margem Financeira situou-se em 361 Milhões de Meticais, o que representa um crescimento de 10% face ao exercício anterior, cujo valor foi de 328 Milhões de Meticais. Este incremento da Margem Financeira resulta da combinação de factores que contribuíram positivamente e negativamente ao mesmo tempo. Neste sentido o crescimento da carteira de crédito em 4%, foi contrabalançada pelas reversões de NPL, diminuição das taxas de juros no mercado, e restrições de liquidez no início do ano, resultando numa diminuição de Juros e Proveitos em 3% em comparação a 2019. Por outro lado, o comportamento de Juros e Proveitos foi compensados pela diminuição de Juros e Custos em 23% por via da redução de *pricing* e melhoria de distribuição entre Depósitos a Ordem e Prazo durante o ano. Ambos resultaram numa diminuição da média do *custo de funding* dos cerca de 18% em 2019 para 12% em 2020.

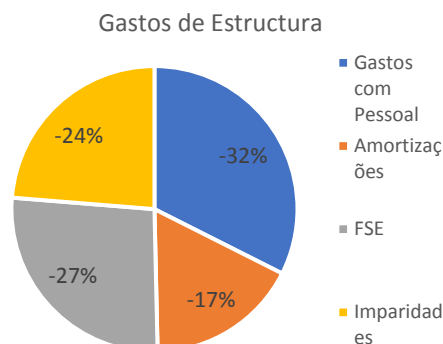


As operações cambiais do banco foram influenciados por vários factores negativos durante 2020. As restrições de IDE devido a ambiente instável no Norte do país, agravados pelos impactos da COVID-19 na economia, levaram a redução dos volumes transaccionados de moeda estrangeira exercerem elevada pressão sobre o metical que, por sua vez, desvalorizou cerca de 21% ao longo do ano (2020: 74,90 mzn/usd; 2019 61,47 mzn/usd).

Neste ambiente, os Resultado de Operações Financeiras (FX) situaram-se em 52 Milhões de Meticais, o que representa uma diminuição de 11% face ao ano anterior (58 Milhões de Meticais). Esta rubrica tem um peso de cerca de 12% na estrutura das receitas do Banco.

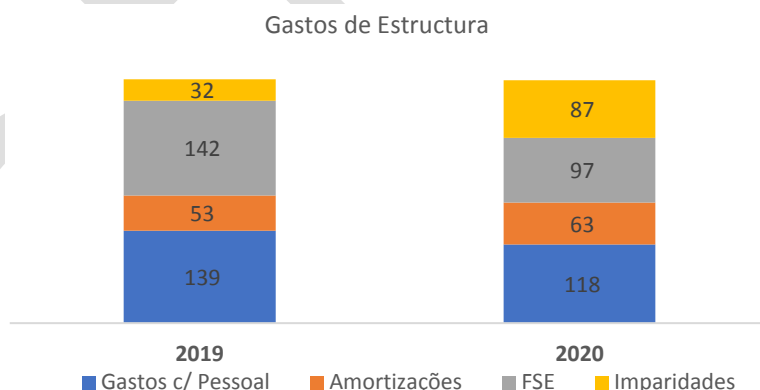
Gastos de Estrutura

Os gastos de estrutura, que incluem os gastos operacionais desembolsáveis (FSE e Gastos com Pessoal) e os gastos operacionais não desembolsáveis (amortizações e depreciações, provisões e imparidades), situaram-se em 364 Milhões de Meticais, estando 2 Milhões de Meticais face ao ano anterior. A distribuição entre as quatro principais rubricas é relativamente equitativa, destacando-se os Custos com Pessoal (32%), sendo ainda a maior na actual estrutura de gastos.



Assim sendo em 2020, os Gastos Operacionais tiveram o seguinte detalhe:

- Os Gastos com Pessoal (GP) fixaram-se em 118 Milhões de Meticais, apresentando uma diminuição de 15% face a 2019. (Este valor contém gastos com assistência médica e indemnizações contractuais que totalizam acima de 8% de total de Custos com pessoal).
- Os Outros Gastos Operacionais (FSE) situaram-se em 97 Milhões de Meticais, o que se reflecte uma redução de 31% face ao ano anterior, resultante de políticas de controle e contenção de custos, combinado com redução de algumas rubricas. Assim, a diminuição das despesas de viagens e estadias devido a Covid-19, rendas a alugueres (apartamentos) e despesas com avenças e honorários trouxeram uma poupança na ordem de 40 Milhões de Meticais em 2020;
- As Amortizações e Depreciações situaram-se em 62 Milhões de Meticais, resultando num aumento na ordem de 10 Milhões de Meticais face ao ano anterior, devido a entrada em produção de novas soluções informáticas e investimentos feitos em remodelação das agencias. Deve ser notado que o nível de Amortizações aumentou em 2019 devido a impacto da IFRS 16 que visa a reclassificação dos contractos de aluguer e consequente impacto contabilístico.

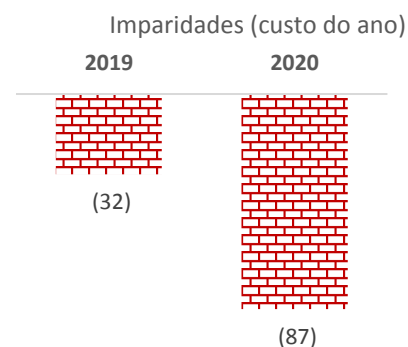


Imparidades

As imparidades líquidas do ano fixaram-se em 87 Milhões de Meticais, resultando num aumento significativo face ao ano passado, onde as mesmas atingiram apenas 32 Milhões de Meticais. Este aumento foi causado pela degradação de alguns segmentos de crédito e aumento de NPL incluindo o sector de Funcionários Públicos. Este comportamento agravou os indicadores do modelo de imparidade (IFRS9) obrigando a constituir as imparidades adicionais.

Actualmente o nível de imparidades cobra o NPL em mais de 80%. O total de imparidades acumuladas acende 270 Milhões de Meticais, o que representa um aumento de 26% comparativamente a 2019.

Deve ser notado que o Banco não fez uso relaxamento de regras de provisionamento do crédito mal parado devido a pandemia de COVID-19, autorizados pelo regulador, pautando pela prudência e abordagem conservadora.





Banco MAIS
Banco Moçambicano de Apoio a Investimentos, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2020

Conteúdo

DECLARAÇÃO E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
Relatório dos Auditores Independentes	4
Demonstração de resultados	7
Demonstração da posição financeira	8
Demonstração da variação de capital próprio	9
Demonstração de fluxo de caixa	10
1.1. Bases de apresentação	11
1.2. Julgamentos e estimativas contabilísticas significativas	12
1.3. Políticas contabilísticas	12
2. Margem financeira	34
3. Resultados de serviços e comissões	34
4. Resultado em operações financeiras	35
5. Gastos com pessoal	36
6. Outros gastos operacionais	36
7. Outros rendimentos operacionais.....	37
8. Impostos	37
8.1. Imposto sobre o rendimento.....	37
8.2. A reconciliação da taxa efectiva de imposto é apresentada como se segue:	39
8.3. Os movimentos nos impostos diferidos são os que constam no quadro abaixo:	39
9. Resultado por acção	40
10. Caixa e disponibilidade no Banco Central	40
11. Disponibilidades em outras instituições de crédito.....	41
12. Empréstimos e adiantamentos a bancos	42
13. Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	42
14. Empréstimos e adiantamentos a clientes	43
15. Activos financeiros ao custo amortizado	44
16. Outros activos	44
17. Activos não correntes detidos para venda	45
18. Activos por impostos correntes.....	45
19. Activos tangíveis	45
20. Activos intangíveis	46



**BANCO
MAIS**

Member of BISON Group

21.	<i>Recursos de outras instituições de crédito</i>	47
22.	<i>Recursos de clientes</i>	47
23.	<i>Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos</i>	48
24.	<i>Outros passivos</i>	48
25.	<i>Provisões</i>	48
26.	<i>Capital social e reservas</i>	49
26.1	<i>Capital social</i>	49
26.2	<i>Reservas</i>	50
27.	<i>Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos</i>	51
28.	<i>Partes relacionadas</i>	51
29.	<i>Locações</i>	51
29.1.	<i>Activos de direito de uso</i>	52
29.2.	<i>Passivo total não descontado</i>	52
29.3.	<i>Passivos para locações</i>	52
29.4.	<i>Reconhecimento na demonstração de resultados</i>	53
29.5.	<i>Fluxo de Caixa</i>	53
30.	<i>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</i>	53
31.	<i>Justo valor</i>	54
32.	<i>Contingências</i>	56
33.	<i>Gestão do Risco, objectivos e políticas</i>	56
34.	<i>Continuidade operacional</i>	69
35.	<i>Acontecimentos após a data de balanço</i>	70
36.	<i>Novos pronunciamentos contabilísticos</i>	70

DECLARAÇÃO E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

O Conselho de Administração é responsável pela preparação, e apresentação adequada das demonstrações financeiras do Banco Mais SA, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2020, a Demonstração de resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo de políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O Conselho de Administração é igualmente responsável pela implementação de um controlo interno que determina necessário para a preparação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, seja por fraude ou erro, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema adequado de gestão de riscos, bem como pelo cumprimento das leis e regulamentos relevantes na República de Moçambique.

O Conselho de Administração fez uma avaliação da capacidade do Banco continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e não têm motivos para acreditar que a continuidade da actividade do Banco não se verificará no futuro previsível.

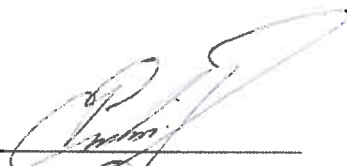
O auditor é responsável por reportar se as demonstrações financeiras estão devidamente apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Mais SA, identificadas no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 19 de Abril de 2021 e assinadas em seu nome por:



Narciso Matos
Presidente do Conselho de Administração



Gildo dos Santos Lucas
Administrador Delegado



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co.mz

Relatório dos Auditores Independentes

Para os Accionistas da Banco Mais SA

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras do Banco Mais, SA (o "Banco") constantes nas páginas 7 a 70, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2020 e a demonstração de resultados, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco Mais, SA em 31 de Dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Base para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas em pormenor na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes do Banco de acordo com o Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas da Federação Internacional de Contabilistas (Código IESBA) e de acordo com outros requisitos de independência aplicáveis à realização de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas nos termos destes requisitos e com o Código IESBA. Acreditamos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras informações

Os administradores são responsáveis pelas outras informações. As outras informações incluem a declaração de responsabilidade dos Administradores e o relatório da administração. As outras informações não incluem as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange as outras informações e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre as mesmas.

Em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade consiste em ler as outras informações e, ao fazê-lo considerar sobre se as outras informações são materialmente inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se, de outra forma, parecem conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizámos, concluirmos que existe uma distorção material nestas outras informações, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidades dos Administradores em relação às Demonstrações Financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e por um sistema de controlo interno que determinem ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções, devido a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do Banco em continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade, divulgando, conforme aplicável, assuntos relacionados com o pressuposto da continuidade e utilizar o pressuposto da continuidade, a menos que os administradores pretendam dissolver o Banco e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos são obter uma garantia de fiabilidade sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma garantia de fiabilidade é um alto nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISA detecte sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderem influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e implementamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultando de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressarmos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório dos auditores, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que o Banco deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.



Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Abel Jone Guaiaguaia', written over a horizontal line.

Abel Jone Guaiaguaia 04/CA/OCM/2012

Sócio

22 de Abril de 2021

Demonstração de resultados

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

(valores expressos em Meticals)

	Nota	2020	2019
Juros e rendimentos similares calculados utilizando o método da taxa efectiva	2	522.239.910	536.591.192
Juros e gastos similares calculados utilizando o método da taxa efectiva	2	(161.082.031)	(207.890.810)
Margem financeira	2	361.157.879	328.700.382
Rendimentos com serviços e comissões	3	36.904.843	31.227.870
Gastos com serviços e comissões	3	(18.462.039)	(13.570.243)
Resultados de serviços e comissões	3	18.442.803	17.657.627
Resultado em operações financeiras	4	51.800.982	58.181.520
Rendimentos operacionais		431.401.665	404.539.529
Imparidade de crédito e adiantamentos a clientes	14	(86.520.702)	(32.250.794)
Rendimentos operacionais líquidos		344.880.963	372.288.735
Gastos com pessoal	5	(118.298.848)	(138.789.046)
Amortizações e depreciações	19, 20	(62.804.030)	(52.937.213)
Provisões líquidas		-	(2.258.688)
Outros gastos operacionais	6	(96.660.767)	(140.158.074)
Outros rendimentos e gastos operacionais	7	32.460.957	123.263.492
Resultado antes de impostos		99.578.274	161.409.205
Impostos correntes	8	(12.174.403)	(15.202.860)
Impostos diferidos	8	461.072	461.072
Resultado líquido do exercício		87.864.944	146.667.417
Resultado por acção			
Básicos	9	0,60	1,10
Diluídos	9	0,60	1,10

Demonstração da posição financeira

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

(valores expressos em Meticals)

	Notas	2020	2019
Activos			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	266 914 301	359 556 083
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	57 281 056	108 712 550
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	12	900 350 807	24 001 611
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	13	6 327 551	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	1 496 790 278	1 435 389 621
Activos financeiros ao custo amortizado	15	176 474 826	184 744 812
Outros activos	16	270 657 145	121 034 937
Activos não correntes detidos para venda	17	66 972 106	65 026 963
Activos por impostos correntes	18	22 066 137	21 121 169
Activos tangíveis	19	197 090 639	210 732 741
Activos intangíveis	20	67 732 080	76 405 527
Total de activos		3 528 656 926	2 613 053 565
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	21	82 457 381	100 530 577
Recursos de clientes	22	2 260 554 720	1 404 414 041
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	23	78 475 457	116 523 059
Outros passivos	24	100 254 107	69 342 508
Provisões	25	2 130 840	4 862 832
Passivos por impostos diferidos	8	10 895 651	11 356 723
Total do passivo		2 534 768 156	1 707 029 739
Capital próprio			
Capital social	26	1 462 798 176	1 462 798 176
Reservas de reavaliação	26	23 562 278	24 315 806
Outras reservas	26	22 350 313	350 200
Resultados transitados		(514 821 996)	(581 440 356)
Total do capital próprio		993 888 770	906 023 826
Total do capital próprio e do passivo		3 528 656 926	2 613 053 565

Demonstração da variação de capital próprio

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

(valores expressos em Meticals)

	Capital social (nota 26)	Reservas de reavaliação (nota 26)	Outras reservas (nota 26)	Resultados transitados	Capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2019 de acordo com IFRS 16	1 250 000 000	25 069 334	350 200	(728 861 301)	546 558 233
Aumento de capital	212 798 176	-	-	-	212 798 176
Realização da reservas de reavaliação	-	(753 528)	-	753 528	-
Resultado do exercício	-	-	-	146 667 417	146 667 417
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	1 462 798 176	24 315 806	350 200	(581 440 356)	906 023 826
Realização da reservas de reavaliação	-	(753 528)	-	753 528	-
Resultado do exercício	-	-	-	87 864 944	87 864 944
Reserva legal	-	-	22 000 113	(22 000 113)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	1 462 798 176	23 562 278	22 350 313	(514 821 996)	993 888 770

Demonstração de fluxo de caixa

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

(valores expressos em Meticals)

	Notas	2020	2019
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido		87.864.944	146.667.417
Ajustamentos de:			
Amortizações, depreciações e regularizações		65.210.743	52.937.213
Imparidade de crédito e adiantamentos a clientes		86.520.702	32.250.794
Margem financeira		(361.157.879)	(328.700.382)
Provisões		(2.731.992)	2.258.688
Impostos correntes		12.174.403	15.202.860
Impostos diferidos		(461.072)	(461.072)
Fluxos de caixa de actividades operacionais antes de variações de activos e passivos operacionais		(112.580.152)	(79.844.482)
Variações:			
Empréstimos e adiantamento a clientes		(147.921.359)	(317.726.437)
Activos não correntes detidos para venda		(1.945.142)	(65.026.963)
Outros activos		(149.622.207)	(116.090.639)
Recursos de outras instituições de crédito		(18.073.196)	100.530.567
Recursos de clientes		856.140.680	(988.614.259)
Outros passivos		30.656.343	62.194.363
Reserva obrigatórios		(21.611.702)	72.474.555
Fluxos de caixa das variações de activos e passivos operacionais		547.623.417	(1.252.258.813)
Juros recebidos		522.820.966	537.100.235
Juros pagos		(161.082.031)	(207.890.810)
Imposto sobre o rendimento pago		(13.119.371)	(15.202.860)
Fluxo líquido de caixa gerado pelas actividades operacionais		783.662.828	(1.018.096.730)
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de Activos Tangíveis		(12.722.165)	(50.620.025)
Aquisição de Activos Intangíveis		(21.059.596)	(28.690.340)
Recebimentos em caixa da venda de activos financeiros ao custo amortizado		8.269.986	279.211.129
Aquisição de activos financeiros ao custo amortizado		-	(58.070.323)
Aquisição de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			
Fluxo líquido de caixa das actividades investimento		(25.511.775)	141.830.442
Fluxo de caixa das actividade de financiamento			
Aumento de Capital		-	212.798.176
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos		(38.047.602)	-
Pagamento das locações		(9.439.233)	(7.196.351)
Fluxo líquido de caixa das actividades financiamento		(47.486.835)	205.601.825
Variação de caixa e equivalentes		710.664.218	(670.664.463)
Caixa e equivalentes no início do período	30	292.272.975	962.937.438
Caixa e equivalentes no final do período	30	1.002.937.193	292.272.975

1. *Introdução*

O Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio aos investimentos, S.A. (doravante designado por Banco Mais ou Banco) é um banco privado comercial, criado em 30 de Março de 1999, com sede social em Maputo na Avenida Julius Nyerere, nº2385. O Banco Mais tem por objecto o exercício da actividade de instituição de crédito tipo banco prevista na lei das instituições de crédito e sociedades financeiras. O Banco Mais centra a sua actividade no fornecimento de produtos competitivos a um nível excepcional de serviço aos seus clientes, estando mais direccionado para clientes Empresariais e Particulares.

1.1. *Bases de apresentação*

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de certas estimativas contabilísticas críticas. Também requer que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco. As notas às demonstrações financeiras apresentam áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras do Banco.

As demonstrações financeiras do Banco foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 19 de Abril de 2021 e serão submetidas à aprovação dos acionistas na sua Assembleia - Geral ordinária.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais, que é a moeda funcional do Banco. Todos os valores foram arredondados aos valores mais próximo de Metical Moçambicano, salvo indicação em contrário.

1.2. Julgamentos e estimativas contabilísticas significativas

Durante a preparação das demonstrações financeiras anuais, a gestão é obrigada a efectuar julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam os rendimentos, gastos, activos e passivos e a divulgação dos activos e passivos contingentes. A utilização das informações disponíveis e a aplicação de julgamentos são inerentes ao desenvolvimento de estimativas. Os resultados reais podem diferir destas estimativas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os julgamentos da administração que poderão ter um efeito significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem:

- Perdas de crédito esperadas de instrumentos financeiros: estabelecer os critérios para determinar se o risco de crédito sobre o activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, determinar a metodologia para incorporar informação prospectiva na mensuração das perdas de crédito esperadas(PCE) e selecção e aprovação dos modelos utilizados para medir as PCE.

1.3. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

a) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio na data da transação. Activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de relato e as resultantes diferenças cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos do período a que se referem. Activos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras, que são apresentados ao custo histórico, são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

b) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Data do reconhecimento

As compras ou vendas de activos financeiros que exigem a entrega de activos dentro do prazo geralmente estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Banco se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Banco se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende dos termos contratuais e do modelo de negócios para a gestão dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados pelo justo valor, excepto nos casos que são registados pelo justo valor através do resultado, o custo da transação é adicionado ou subtraído deste valor. Contas a receber de clientes são mensuradas pelo preço de transação. Quando o justo valor de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial difere do preço da transação, o Banco regista os resultados do 1º dia.

iii) Resultados do primeiro dia

Quando o preço da transação é diferente do justo valor de outras transações correntes de mercado observáveis no mesmo instrumento, ou baseado em uma técnica de avaliação cujas variáveis incluem apenas dados de mercados observáveis, o Banco reconhece imediatamente a diferença entre o preço da transação e o justo valor (os resultados do primeiro dia) nos lucros ou prejuízos - “ganhos / (perdas) líquidos da negociação”. Nos casos em que o justo valor é determinado usando dados que não são observáveis, a diferença entre o preço da transação e o valor do modelo somente é reconhecida no resultado quando os insumos se tornam observáveis, ou quando o instrumento é desconhecido.

iv) Vencimentos de bancos e empréstimos e adiantamentos aos clientes

Os valores devidos por bancos e empréstimos e adiantamentos aos clientes incluem activos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado activo, sendo mensurados ao custo amortizado, observando as seguintes condições:

- Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter activos financeiros em ordem para recolher fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros (SPPI) sobre o valor principal em aberto.

v) Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

a) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

i) Desreconhecimento por modificação substancial de prazos e contratos

O Banco desreconhece um activo financeiro, como um empréstimo a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torne um novo empréstimo, com a diferença reconhecida como um ganho ou perda, na medida em que uma perda por imparidade ainda não foi registada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados como Fase 1 para fins de mensuração de ECLs. POCI – Activos com perda de crédito comprados ou originados são activos financeiros que estão com problemas de crédito no reconhecimento inicial.

O Banco considera os seguintes factores ao avaliar se deve ou não desreconhecer um empréstimo ao cliente:

- Mudança na moeda do empréstimo
- Introdução de um recurso de património
- Alteração na contraparte
- Se a modificação permitir que o instrumento deixe de atender ao critério de SPPI

ii) Desreconhecimento que não seja para modificação substancial de activos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa dos activos financeiros tiverem expirado. O Banco também desreconhece os activos financeiros se ambos tiverem transferido o ativo financeiro e as transferências se qualificarem para desreconhecimento.

O Banco transfere o ativo financeiro se:

- Transferiu seus direitos contratuais para receber fluxos de caixa do ativo financeiro,
- ou

- Reteve os direitos sobre os fluxos de caixa, mas assumiu a obrigação de pagar integralmente o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, aos terceiros sob um acordo de repasse.

iii) Desreconhecimento, excepto por modificação substancial de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob o passivo é descartada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de uma nova responsabilidade. A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro original e a contrapartida paga é reconhecida em lucros ou prejuízos.

b) Determinação do justo valor

O banco avalia os instrumentos financeiros, ao justo valor em cada data de relato. O justo valor é o preço que seria recebido na venda de um activo ou será pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do justo valor é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorre:

- No mercado principal para o ativo ou passivo, ou
- Na ausência de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo

O mercado principal ou o mais vantajoso deve ser acessível pelo Banco.

O justo valor de um ativo ou passivo é mensurado usando-se as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado actuam em seu melhor interesse económico.

A mensuração do justo valor de um activo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios económicos usando o ativo no seu mais alto e

melhor uso ou vendendo-o ao outro participante do mercado que usaria o activo no seu mais alto e melhor uso.

O Banco utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais existem dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os activos e passivos para os quais o justo valor é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de justo valor, descrita a seguir, com base no menor nível de entrada que seja significativo para a mensuração do justo valor como um todo:

- Nível 1 – Preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados activos para activos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de nível mais baixo que é significativa para a mensuração do justo valor não é observável.

Para os activos e passivos cujo justo valor é mensurado de forma recorrente, o Banco determina se transferências ocorreram entre os níveis na hierarquia, reavaliando a categorização (com base no menor nível de entrada que seja significativo para a mensuração do justo valor como um todo) no final de cada período de relatório.

c) Imparidade de activos financeiros

A adoção da IFRS 9 alterou o método de cálculo das perdas por imparidade, substituindo a abordagem de perda incorrida da IAS 39 por uma abordagem de PCE voltada para o futuro. O Banco registou a provisão das perdas de crédito esperadas para todos os empréstimos e outros activos financeiros de dívida não detidos na FVPL, juntamente com os compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, mencionados nesta seção como instrumentos financeiros.

As principais definições dos elementos utilizados para o cálculo da PCE são as seguintes:

A Probabilidade de Incumprimento (PD) é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte temporal. Um incumprimento só pode ocorrer em um determinado momento durante o período avaliado, se o crédito não tiver sido anteriormente desreconhecido e ainda estiver na carteira.

A Exposição ao incumprimento (EAD) é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato, incluindo reembolsos de capital e pagamento de juros e quaisquer outros saques esperados em créditos consolidados.

O cálculo da perda dado o incumprimento (LGD) é uma estimativa da perda que surge no caso em que uma incumprimento ocorre em um determinado momento. Baseia-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, incluindo a realização de quaisquer garantias ou melhorias de crédito que sejam parte integrante do empréstimo.

O Banco considera que a exposição de um cliente está em incumprimento quando o cliente fica 90 dias atrasado em seus pagamentos contratuais. O Banco considera em incumprimento os saldos de tesouraria e interbancários e toma medidas imediatas quando os pagamentos intradiários exigidos não são liquidados até o fecho dos negócios, conforme descrito nos contratos individuais.

A ECL é calculada pela multiplicação dos principais elementos mencionados acima (PD; EAD e LGD) ponderados pela exposição do cliente. Alguns ajustes são feitos para incorporar outros riscos esperados, como comportamento macroeconómico ou político.

Os clientes são agrupados de acordo com os seguintes segmentos: Corporativo, Individual, Funcionários, Funcionários Públicos e Instituições Financeiras.

A provisão para perdas de crédito esperadas é baseada nas perdas de crédito esperadas durante a vida do activo, a menos que não tenha havido aumento significativo no risco de crédito desde a origem, neste caso a provisão é baseada na perda esperada de crédito de 12 meses.

A perda de crédito esperada de 12 meses é a parte da perda de crédito esperada para a vida inteira que representa a perda de crédito esperada que resulta em eventos de inadimplência num instrumento financeiro que é possível dentro dos 12 meses após a data de relato.

Tanto a perda esperada de crédito ao longo da vida, quanto a perda esperada de crédito de 12 meses são calculadas individualmente ou coletivamente, dependendo da natureza da carteira subjacente de instrumentos financeiros.

O Banco estabeleceu uma política de realização de uma avaliação, no final de cada período de relatório, caso o risco de crédito de um instrumento financeiro aumente significativamente desde o reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. O Banco identifica um aumento significativo no risco de crédito com base na avaliação dos elementos quantitativos e qualitativos relacionados com o activo financeiro através da monitorização contínua de todos os activos sujeitos à ECL. O Banco considera uma exposição significativamente aumentada no risco de crédito quando a PD da vida útil do IFRS 9 desde o reconhecimento inicial.

Com base no processo acima, o Banco agrupa os empréstimos conforme descrito abaixo:

- Etapa 1 – Quando os empréstimos são inicialmente reconhecidos, o Banco reconhece uma provisão com base na perda de crédito esperada de 12 meses, incluindo também os empréstimos em que o risco de crédito melhorou e o empréstimo foi reclassificado da etapa 2.
- Etapa 2 – Quando um empréstimo mostra um aumento significativo no risco de crédito desde a originação, o Banco regista uma provisão para a perda esperada de crédito ao longo da vida, também inclui empréstimos onde o risco de crédito melhorou e o empréstimo foi reclassificado da etapa 3.
- Etapa 3 – Empréstimos considerados com perda de crédito, o Banco regista uma provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira e para os activos da Etapa 3, sua receita de juros é calculada sobre o valor contabilístico líquido.
- POCI — Activos com perda de crédito comprados ou originados são activos financeiros que estão com perda de crédito no reconhecimento inicial. Os activos da POCI são registados pelo justo valor no reconhecimento inicial e a receita de juros é subsequentemente reconhecida

com base na taxa de juros efetiva ajustada pelo crédito. O Banco reconhece a ECL vitalícia desses activos, sendo colocados em observação na Etapa 3 com avaliação contínua.

i) Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de OCI

A perda de crédito esperada para instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral não reduz a quantia escriturada desses activos financeiros no balanço, que permanece no justo valor. Em vez disso, uma quantia igual à provisão que surgiria se os activos fossem mensurados ao custo amortizado é reconhecida em outro rendimento integral como um valor acumulado de imparidade, com um custo correspondente em lucros ou prejuízos. A perda acumulada reconhecida em OCI é reciclada para lucros ou prejuízos aquando do desreconhecimento dos activos.

ii) Activos financeiros com perda de crédito comprados ou originados

Para activos financeiros com perda adquirida ou com crédito originado, o Banco somente reconhece as variações acumuladas na perda esperada de crédito ao longo da vida desde o reconhecimento inicial na provisão para perdas por imparidade.

iii) Cartões de crédito e outras facilidades rotativas

O Banco oferece uma variedade de produtos corporativos e de retalho, como cheque especial e outras facilidades, em relação aos quais o Banco tem o direito de cancelar e / ou reduzir estas facilidades imediatamente. O Banco não limita sua exposição a perdas de crédito com o período de aviso contratual, mas calcula a perda de crédito esperada durante um período que reflete a expectativa do Banco sobre o comportamento do cliente, sua probabilidade de inadimplência e os procedimentos futuros de mitigação de risco do Banco, que pode incluir a redução ou cancelamento das facilidades.

iv) Informação futura

Nos seus modelos de perdas de crédito esperadas, o Banco conta com ampla variedade de informações futuras como insumos económicos, tais como:

- Crescimento do PIB
- Taxas de desemprego
- Taxas básicas do Banco Central
- Índices de preços de habitação.

Estes inputs e modelos utilizados para o cálculo das perdas de crédito esperadas nem sempre podem capturar todas as características do mercado na data das demonstrações financeiras. Para refletir isso, ajustes ou sobreposições qualitativas são ocasionalmente feitos como ajustes temporários quando essas diferenças são significativas.

v) Valorização de garantias

O Banco procura utilizar garantias, sempre que possível, para mitigar seus riscos sobre activos financeiros. A garantia vem em várias formas, tais como dinheiro, valores mobiliários, cartas / garantias de crédito, imóveis, contas a receber, inventários, outros activos não financeiros e reforço de crédito, tais como acordos de compensação. O justo valor da garantia é geralmente avaliado, no mínimo, no início e com base no cronograma de divulgação trimestral do Banco, no entanto, algumas garantias, por exemplo, dinheiro ou títulos relacionados a exigências de margens, são avaliadas diariamente.

Na medida do possível, o Banco usa dados de mercado activo para avaliar activos financeiros, mantidos como garantia. Outros activos financeiros que não têm um valor de mercado prontamente determinável são avaliados usando modelos. As garantias não financeiras, como imóveis, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros, como corretores de hipotecas, índices de preços de imóveis, demonstrações financeiras auditadas e outras fontes independentes.

vi) Garantias recuperadas

A política do Banco é determinar se um ativo recuperado é melhor utilizado para suas operações internas ou se deve ser vendido. Activos determinados como úteis para as operações internas são transferidos para a respectiva categoria de activos pelo menor valor recuperado ou pela quantia escriturada garantida do activo original. Activos que são determinados para serem vendidos são imediatamente transferidos para activos detidos para venda pelo seu justo valor na data de reintegração de posse, de acordo com a política do Banco.

vii) Desreconhecimento

Os activos financeiros são desreconhecidos parcialmente ou na sua totalidade somente quando o Banco deixou de procurar a sua recuperação. Se o valor a ser desreconhecido fôr maior do que a provisão para perda acumulada, a diferença é primeiro tratada como um acréscimo à provisão que é então aplicada contra a quantia escriturada bruta. Quaisquer recuperações subsequentes são creditadas em um gasto de perda de crédito menos os dispêndios necessários para liquidar qualquer obrigação financeira que surja como resultado da garantia associada a esse ativo.

d) Activos financeiros que se encontrem em imparidade

Antes de Janeiro de 2019, o Banco avaliava regularmente a existência de uma evidência objectiva que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possam ser fiavelmente estimados. Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;



- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências que o cliente vai entrar em bancarrota ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - o Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - o Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.
 - o Depreciação do valor do colateral; e
 - o Deteriorização da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral;
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas exposições com sinais de imparidade são avaliadas individualmente quanto a imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Abates

O Banco reconhece uma perda por imparidade para as perdas ocorridos inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como tendo sofrido imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação. O abate irá existir, quando, a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida. Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito em lucros ou prejuízos.

e) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço se, e somente se, houver um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de os liquidar em uma base líquida, ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Garantias financeiras

No curso normal dos negócios, o Banco oferece garantias financeiras, consistindo em cartas de crédito, garantias e aceitações. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas

demonstrações financeiras (dentro de “Outros passivos”) pelo justo valor, sendo o prêmio recebido.

Após o reconhecimento inicial, o Banco aplica o maior valor entre o valor da provisão para perdas ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, o valor acumulado do lucro reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15.

g) Reconhecimento de rendimentos e gastos

O Banco reconhece a receita para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos ao cliente em um valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Os seguintes critérios específicos de reconhecimento também devem ser considerados antes da receita ser reconhecida.

h) Rendimento de juros e similares

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, o rendimento ou gasto de juros é registado pelo método da taxa efetiva de juros, que é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou um período mais curto no caso de activos com imparidade de crédito.

Quando um ativo financeiro apresenta sinais de imparidade e é, portanto, considerado como a “Etapa 3”, o Banco calcula o rendimento de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado líquido do activo financeiro. Se os activos financeiros curarem e não estiverem mais com sinais de imparidade, o Banco recalculará os valores de juros em termos brutos.

i) Receitas de comissões

O Banco recebe receita de honorários e comissões de serviços que presta aos seus clientes. A receita de taxas pode ser dividida nas duas categorias seguintes:

Receita de taxa obtida de serviços que são fornecidos durante um certo período de tempo:

As comissões recebidas dos serviços prestados durante um período de tempo são acumuladas ao longo desse período. Essas taxas incluem receitas de comissões cobradas na prestação de serviços, como a emissão de Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

Receita de taxa pela prestação de serviços de transação, sendo que as taxas são reconhecidas como receita quando um acto significativo foi concluído.

h) Receita líquida de negociação

Receita líquida de negociação inclui ganhos e perdas decorrentes de transações em moeda estrangeira e conversão de itens monetários em moeda estrangeira.

i) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa referidos na demonstração dos fluxos de caixa incluem caixa, saldos irrestritos mantidos junto do Banco de Moçambique e quantias devidas de outros bancos ao pedido e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos e mensurados pelo custo amortizado.

j) Propriedades e equipamento

As propriedades e equipamento, excepto os edifícios que são mensurados pelo modelo de reavaliação, são registados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O custo de substituir parte de um item de propriedades e equipamento é reconhecido na quantia escriturada do item se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados na parcela serão transferidos para o Banco e o seu custo pode ser mensurado com segurança. Os custos do serviço diário de propriedades e equipamento são reconhecidos em lucros ou prejuízos conforme incorridos.

A depreciação é calculada usando o método das quotas constantes para registar o custo de propriedades e equipamento aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos activos são revisados e ajustados

prospectivamente, se apropriado, a cada data de relatório. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Edifícios	20 - 50
Obras em edifícios arrendados	4 - 6
Equipamentos	4 – 10

Um item de propriedades e equipamento é desreconhecido quando da alienação ou quando não há benefícios económicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do activo (calculado como sendo a diferença entre o valor da venda e a quantia escriturada do ativo) é reconhecido em “Outras receitas operacionais” ou “Outras despesas operacionais” no exercício em que o activo for desreconhecido.

k) Activos intangíveis

Activos intangíveis incluem o valor do software de computador. O software adquirido pelo Banco é apresentado ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos com software desenvolvido internamente são reconhecidos como um ativo quando o Banco consegue demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o software de uma maneira que gere benefícios económicos futuros, e possa mensurar com segurança os custos para concluir o desenvolvimento. Os custos capitalizados do software desenvolvido internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do software e são amortizados durante sua vida útil. Softwares desenvolvidos internamente são apresentados ao custo capitalizado, deduzidos da amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

A amortização é reconhecida em lucro ou prejuízo pelo método das quotas constantes durante a vida útil estimada do software, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada do software é de 3 anos.

Um item do activo intangível é desreconhecido aquando da alienação ou quando não são esperados benefícios económicos futuros da sua utilização ou alienação.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o produto da venda e o valor contabilístico do ativo) é reconhecido em “Outras receitas operacionais” ou “Outras despesas operacionais” no exercício em que o ativo é desreconhecido.

l) Benefícios aos colaboradores

Benefícios de curto prazo aos colaboradores

Custos com pessoal

Os benefícios de curto prazo aos colaboradores, que incluem salários, acréscimos de custos com desempenho, deduções salariais e impostos são reconhecidos á medida que o serviço relacionado é prestado. Os custos com desempenho são reconhecidos na medida em que o Banco tem uma obrigação presente para com os seus colaboradores que pode ser mensurada de forma fiável, e são reconhecidos numa base não descontada durante o período de serviço que os colaboradores devem prestar para se qualificarem para os benefícios.

Benefícios de cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos como um custo na data que ocorrer mais cedo entre o momento em que o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e o momento em que o Banco reconhece os custos de uma reestruturação. Se não se esperar que os benefícios sejam liquidados integralmente no período de 12 meses a partir da data do balanço, os mesmos serão descontados.

m) Imparidade de activos não financeiros

O Banco avalia em cada data de relato ou com maior frequência se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que a quantia escriturada pode estar em imparidade, se há uma indicação de que um activo não financeiro pode estar com problemas de recuperabilidade. Se tal indicação existir, ou quando o teste anual de imparidade de um activo for requerido, o Banco fará uma estimativa do valor recuperável do activo. Quando a quantia escriturada de um activo excede seu valor recuperável, o activo é considerado em imparidade e é baixado ao seu valor recuperável.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações actuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do activo. Na determinação do justo valor menos custos de alienação, transações recentes de mercado são consideradas. Se tais transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado.

Para activos excluindo o goodwill, é efetuada uma avaliação em cada data de relato para determinar se existe uma indicação de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, o Banco estima o valor recuperável do activo. Uma perda por imparidade previamente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma alteração nos pressupostos utilizados para determinar a quantia recuperável do activo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida. A reversão é limitada para que a quantia escriturada do activo não exceda seu valor recuperável, nem exceda a quantia escriturada que teria sido apurada, líquido de depreciação, caso não tivesse sido reconhecida perda no valor recuperável do ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida em lucros ou orejuízos.

n) Impostos

i) Imposto corrente

Os activos e passivos por impostos correntes dos anos correntes e anteriores são medidos pelo montante que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular a quantia são aquelas que são promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data de relato.

ii) Imposto diferido

O imposto diferido é calculado sobre as diferenças temporárias na data de relato entre as bases fiscais de activos e passivos e suas quantias escrituradas para fins de divulgação financeira. Os passivos por imposto diferido são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo em uma transação que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transação, não afeta o lucro contabilístico, nem o lucro ou prejuízo tributável; e
- Relativamente a diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, em que a tempestividade da reversão das diferenças temporárias pode ser controlada e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro previsível.

Impostos diferidos activos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos fiscais não usados e prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e o transporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados podem ser utilizados, excepto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado à diferença temporária dedutível decorre do reconhecimento inicial de um activo ou passivo em uma transação que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transação, não afeta o lucro contabilístico nem o lucro ou prejuízo tributável.
- Em relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, impostos diferidos activos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro previsível e o lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A quantia escriturada dos impostos diferidos activos é revista em cada data de relato e reduzida na extensão em que não é mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do activo por imposto diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos activos não reconhecidos são reavaliados a cada data de relato e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo fiscal diferido seja recuperado.

Impostos diferidos activos e passivos são mensurados com base nas taxas que se espera aplicar no exercício em que o activo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas taxas de imposto (e legislação tributária) promulgadas ou substantivamente promulgadas na data de relato.

O imposto corrente e o imposto diferido relacionados a itens reconhecidos diretamente no capital próprio também são reconhecidos no capital próprio e não em lucros ou prejuízos.

Os activos e passivos fiscais são compensados se existir um direito legalmente executável de compensar os activos fiscais contra passivos fiscais relacionados à mesma entidade fiscal e à mesma autoridade tributária.

o) Reservas

Em conformidade com a legislação moçambicana, o Banco deve atribuir anualmente a uma reserva legal, não menos de 15% do lucro antes de impostos, após o pagamento de impostos, até que esta reserva seja igual ao montante do capital social.

p) Activos não correntes detidos para venda

Este grupo de activos são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os mesmos ou estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Os activos não correntes detidos para venda que o Banco actualmente possui são os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem. O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Banco. A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante em que a quantia escriturada do activo

exceder o seu valor recuperável. Para efeitos da avaliação da imparidade, os activos são agrupados ao nível mais baixo, para o qual existam fluxos de caixa separadamente identificáveis.

q) Locações.

Definição de locação

A definição de locação acarreta uma abordagem no controlo do activo identificado no contrato, ou seja, um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um activo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse activo identificado durante o período coberto pelo contrato em troca de uma retribuição.

Impactos na óptica do locatário

O Banco reconhece para todas as locações, com excepção das locações com um período inferior a 12 meses ou para locações que incidam sobre activos de valor unitário reduzido:

- Um activo pelo direito de uso adquirido, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o Valor Presente (NPV) do passivo da locação, acrescidos de pagamentos efectuados deduzidos de incentivos à locação recebidos, bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do activo subjacente e/ou com restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações/amortizações de acordo com o prazo de locação de cada contrato);
- Um passivo de locação, contabilizado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui:
 - Pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
 - Pagamentos de locação variáveis, que dependem de um incentivo ou taxa, mensurados inicialmente utilizando o índice ou taxa à data de início do contrato;

Para determinar a taxa de juro implícita na locação, os pagamentos da locação são descontados de acordo com a taxa Libor para os contratos em ou indexados a USD e de acordo com a taxa

MIMO acrescida de um spread de 1.5% para os contratos em MZN, aplicada sobre o prazo médio ponderado de cada contrato de locação.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- Pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a reflectir os juros sobre o mesmo;
- Pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a reflectir os pagamentos de locação;
- A quantia contabilizada é recalculada de forma a reflectir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para reflectir a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo de locação.

O Banco reavalia um passivo de locação e calcula o respectivo ajustamento relacionado ao active de direito de uso sempre que:

- Houver uma alteração do prazo da locação e o passivo de locação é reavaliado descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista;
- Houver uma alteração dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo é reavaliado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juros variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista);
- Um contrato de locação é alterado mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo de locação é reavaliado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

2. Margem financeira

A margem financeira apresenta a seguinte decomposição:

	2020	2019
<i>Juros e rendimentos similares calculados utilizando o método da taxa efectiva</i>		
Empréstimos e adiantamento a clientes	467 460 590	430 262 099
Empréstimos e adiantamentos a bancos	28 661 041	55 923 696
Activos financeiros ao custo amortizado	26 099 341	50 057 643
Outros	18 938	347 754
	<u>522 239 910</u>	<u>536 591 192</u>
<i>Juros e gastos similares calculados utilizando o método da taxa efectiva</i>		
Recursos de clientes	111 802 349	142 584 925
Recursos de bancos centrais	2 534 002	1 859 781
Recursos de outras instituições de crédito	2 128 721	19 808 624
Locações	6 525 140	7 352 757
Outros	38 091 820	36 284 723
	<u>161 082 030</u>	<u>207 890 810</u>
	<u>361 157 879</u>	<u>328 700 382</u>

3. Resultados de serviços e comissões

A rubrica referente a resultados com serviços e comissões apresenta a seguinte decomposição:

	2020	2019
<i>Rendimentos de serviços e comissões</i>		
Rendimentos de comissões de garantias e avales prestados	9 271 466	11 189 369
Rendimentos de comissões de serviços bancários prestados	13 785 517	7 285 824
Outros rendimentos de serviços e comissões	13 847 860	12 752 677
	<u>36 904 843</u>	<u>31 227 870</u>
<i>Gastos com serviços e comissões</i>		
Gastos com comissões de serviços recebidos	18 462 039	13 570 243
	<u>18 462 039</u>	<u>13 570 243</u>
	<u>18 442 804</u>	<u>17 657 627</u>

Um contrato com um cliente que resulte num instrumento financeiro reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco poderá estar parcialmente no âmbito da IFRS 9 e parcialmente no âmbito da IFRS 15. Se for este o caso, o Banco aplica primeiro a IFRS 9 para separar e mensurar a parte do contrato que se encontra no âmbito da IFRS 9, e seguidamente aplica a IFRS 15 à parte residual. Os gastos de serviços e comissões referem-

se principalmente a taxas de transacção e serviços, que são reconhecidos como um gasto à medida que os serviços são recebidos.

Tipo de serviço	Natureza e prazo de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimentos de receitas de acordo com a IFRS 15.
Banca de retalho e corporativa	O Banco presta serviços bancários a clientes particulares e corporativos, incluindo gestão de contas, disponibilização de facilidades de descoberto, transacções em moeda estrangeira, cartão de crédito e taxas de serviços. As comissões pela gestão contínua de contas são cobradas mensalmente na conta do cliente. O banco define as taxas separadamente para clientes da banca de retalho e corporativa em cada jurisdição anualmente. As comissões baseadas em transacções em moeda estrangeira e descobertos são cobradas na conta do cliente quando a transacção ocorre. As comissões de serviços são cobradas mensalmente e são baseadas em comissões fixas revistas anualmente pelo banco.	As receitas e comissões de serviços são reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. As receitas relacionadas com transacções são reconhecidas no momento em que as transacções ocorrem.

4. Resultado em operações financeiras

A rubrica referente a resultado em operações financeiras diz respeito a resultado proveniente das operações cambiais:

	2020	2019
Rendimentos e ganhos com operações financeiras		
Rendimentos e ganhos com operações cambiais	156 947 316	271 412 068
Gastos e perdas com operações financeiras		
Gastos e perdas com operações cambiais	(105 146 334)	(213 230 548)
Resultado com operações financeiras	51 800 982	58 181 520

5. Gastos com pessoal

A rubrica gastos com pessoal apresenta a seguinte decomposição:

	2020	2019
Salários e subsídios	104 493 906	125 170 641
Encargos sociais obrigatórios	3 862 656	4 923 145
Outros gastos com pessoal	9 942 286	8 695 260
	118 298 848	138 789 046

6. Outros gastos operacionais

O saldo desta rubrica é decomposto como mostra o quadro abaixo:

	2020	2019
Avenças e honorários	33 103 227	47 826 510
Consumíveis	2 832 547	3 445 842
Rendas e alugueres	999 341	8 157 758
Água, energia e combustível	4 610 803	5 106 135
Deslocações, estadas e despesas de representação	1 188 026	15 164 239
Vigilância e segurança de instalações	6 983 717	5 565 568
Impostos indirectos	672 599	912 983
Multas e penalizações	295 349	400 000
Donativos e quotizações	319 978	3 387 122
Comunicações	11 439 225	12 824 504
Outros(nota 6.1)	34 215 957	37 367 413
	96 660 767	140 158 072



6.1. A rubrica outros inclui o seguinte:

	2020	2019
Fotocópias e encardenação	892 809	1 074 931
Seguros	1 002 688	1 489 814
Serviços de higiene e conforto	825 569	734 644
Transporte de valores	413 842	548 252
Formação	61 875	285 617
Brindes	498 352	554 170
Despesas com marketing e publicidade	1 961 183	2 916 282
Perdas de juros e outros encargos	8 820 340	13 345 271
Outros	19 739 299	16 418 432
	34 215 957	37 367 413

7. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica é apresentada com a seguinte decomposição:

	2020	2019
Recuperação de empréstimos e adiantamentos à clientes	20 467 381	114 119 988
Reposição e anulação de provisões	2 731 992	-
Outros	9 261 584	9 143 504
	32 460 957	123 263 492

8. Impostos

8.1. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento era o seguinte:

	2020	2019
Bilhetes de tesouro	-	8 828 710
Obrigações de Tesouro	6 612 782	5 797 820
Outras aplicações	5 561 621	576 331
Total dos impostos correntes	12 174 403	15 202 860
Total dos impostos diferidos	(461 072)	(461 072)
Total do imposto sobre o rendimento	11 713 331	14 741 788

O Banco estimou para 31 de Dezembro de 2020 prejuízos fiscais acumulados de 445.964.440 Meticais (2019 - 467.479.440 Meticais).

Nos termos da legislação tributária em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2003, as perdas acumuladas expiram após cinco anos.

O quadro abaixo mostra tanto as datas de início como de vencimento:

<u>Data de início</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Prejuízos fiscais</u>	<u>Imposto diferido (32%)</u>
2 016	2 021	83 321 094	26 662 750
2 018	2 023	362 643 631	116 045 962
		445 964 725	142 708 712

De acordo com o código tributário (IRPC) vigente a partir de 1 de Janeiro de 2014, os juros sobre valores mobiliários (títulos do governo e letras do tesouro) estão sujeitos a tributação definitiva, retendo a fonte na forma de imposto final. A receita desses títulos não é tributada novamente na preparação do cálculo do imposto de renda. Essa tributação é contabilizada como gasto de imposto de renda na demonstração de resultados do Banco e em outro rendimento integral.

As autoridades fiscais têm o direito de revisar a situação tributária do Banco por um período de até 5 anos. Isso pode resultar em ajustes devido a uma interpretação diferente e / ou não conformidade com a legislação relacionada ao imposto sobre as empresas, imposto sobre o valor acrescentado e imposto de renda pessoal. Entretanto, a administração acredita que eventuais ajustes nas declarações fiscais, como resultado dessas revisões, não terão um impacto significativo nos resultados financeiros apresentados, se houver.

8.2. A reconciliação da taxa efectiva de imposto é apresentada como se segue:

	2020		2019	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado/(prejuízo) antes de imposto		99.578.274		161.409.205
Imposto corrente utilizando a taxa de imposto	32,00%	31.865.048	32,00%	51.650.946
<u>Correcções fiscais:</u>				
Encargos não dedutíveis	1,13%	1.130.090	1,08%	1.742.345
Rendimentos não tributáveis	(1,60%)	(1.590.626)	(0,09%)	(147.543)
Prejuízos fiscais a utilizar	(19,77%)	(19.691.181)	(23,85%)	(38.503.960)
Taxa efectiva	11,76%	11.713.331	9,13%	14.741.788

8.3. Os movimentos nos impostos diferidos são os que constam no quadro abaixo:

	1 de Janeiro de 2019	Demonstração de resultados		Capital próprio		31 de Dezembro de 2019
		Gastos e perdas	Rendimentos e Ganhos	Aumento	Redução	
Passivos por impostos diferidos						
Activos tangíveis	11 067 669	-	461 072	750 125	-	11 356 723
	11 067 669	-	461 072	750 125	-	11 356 723

	1 de Janeiro de 2020	Demonstração de resultados		Capital próprio		31 de Dezembro de 2020
		Gastos e perdas	Rendimentos e Ganhos	Aumento	Redução	
Passivos por impostos diferidos						
Activos tangíveis	11 356 723	-	461 072	-	-	10 895 651
	11 356 723	-	461 072	-	-	10 895 651

O passivo por imposto diferido é referente aos edificios mensurados pelo modelo de reavaliação (Nota 19) e por outro lado pela IFRS 16.

9. Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas e em circulação.

O cálculo do resultado por acção básico e diluído, em 31 de Dezembro de 2020, baseia-se no rendimento/ (prejuízo) atribuível aos accionistas ordinários no valor de 87.864.944 Meticais (2019: 146.667.416 Meticais) e no número médio ponderado de acções ordinárias emitidas até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 de 146.279.818 acções (2019: 133.866.591), calculado como segue:

	2020	2019
Resultado atribuível aos accionistas		
Resultado do exercício	87 864 944	146 667 417
Média ponderada - Acções ordinárias	146 279 818	133 866 591
Resultados por acção		
Básicos	0,60	1,10
Diluídos	0,60	1,10

10. Caixa e disponibilidade no Banco Central

A rubrica Caixa e disponibilidade no Banco Central é apresenta a seguinte decomposição:

	2020	2019
Caixa		
Moeda nacional	41 324 718	29 844 613
Moeda estrangeira	20 856 858	21 701 077
	62 181 576	51 545 690
Saldo no Banco de Moçambique		
Moeda nacional	98 507 418	277 033 433
Moeda estrangeira	106 225 307	30 976 960
	204 732 725	308 010 393
	266 914 301	359 556 083

O saldo de disponibilidades junto do Banco de Moçambique visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa nos termos do aviso nº 12/GBM/2019 e é calculado com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. Em 31 de Dezembro de 2020, o coeficiente de reservas obrigatórias para os depósitos em moeda nacional era de 11.5% (2019: 13%) e 34.5% (2019: 36%) para os depósitos em moeda estrangeira. Sendo que os depósitos em moeda estrangeira totalizam 127.082.165 Meticais (2019: 43.182.318) o remanescente é constituído em moeda nacional. O montante de reservas obrigatórias em 31 de Dezembro de 2020 ascendeu a 221.608.971 Meticais (2019: 199.997.269 Meticais). As reservas obrigatórias devem ser mantidos como média dos 30 dias do mês em causa, são restritas e não remunerada. O saldo médio das reservas obrigatórias durante o mês de Dezembro foi de 186.501.773 Meticais (2019: 223.894.609 Meticais) tendo se fixado abaixo do mínimo regulamentar.

11. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Bancos nacionais		
Moeda nacional	26 690 072	49 325 913
Moeda estrangeira	<u>291 461</u>	<u>255 303</u>
	<u>26 981 533</u>	<u>49 581 216</u>
Bancos estrangeiros		
Moeda estrangeira	<u>30 299 523</u>	<u>59 131 335</u>
	<u>30 299 523</u>	<u>59 131 335</u>
	<u>57 281 056</u>	<u>108 712 551</u>

O montante constante nesta rubrica representa os saldos que o banco possui junto de outros bancos.

12. Empréstimos e adiantamentos a bancos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2020	2019
Moeda nacional	900 350 807	24 001 611
	<u>900 350 807</u>	<u>24 001 611</u>

O saldo desta rubrica representa o conjunto de aplicações com prazos inferiores a um mês no Banco Central.

13. Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

No final de 2020 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2020	2019
Participação		
Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO)	6 327 551	6 327 551
	<u>6 327 551</u>	<u>6 327 551</u>

O saldo dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, respeita a participação do Banco no capital social da SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique, uma sociedade financeira de compensação de valores que está em curso de criação. O Banco detém 0.5% do capital social da SIMO.

14. Empréstimos e adiantamentos a clientes

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2020	2019
Moeda nacional		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 567 571 890	1 527 592 173
Descobertos em conta	2 264 572	13 347 004
	<u>1 569 836 462</u>	<u>1 540 939 177</u>
 Vencido e não em imparidade	 199 546 788	 110 240 182
	<u>1 769 383 250</u>	<u>1 651 179 359</u>
Imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes	(272 592 972)	(215 789 738)
	<u><u>1 496 790 278</u></u>	<u><u>1 435 389 621</u></u>

Abaixo segue a análise de movimentos de imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes:

	2020			2019		
	Colectiva	Individual	Total	Colectiva	Individual	Total
Em 1 de Janeiro	22 488 693	193 301 045	215 789 738	35 329 317	166 915 166	202 244 483
Imparidades do exercício	5 379 789	125 848 983	131 228 772	27 992 127	284 289 719	312 281 845
Reversões no ano	(18 504 666)	(26 203 404)	(44 708 070)	(40 832 751)	(239 198 300)	(280 031 051)
Utilização/(desreconhecimento)	-	(29 717 468)	(29 717 468)	-	(18 705 539)	- 18 705 539
Em 31 de Dezembro	9 363 815	263 229 157	272 592 972	22 488 693	193 301 045	215 789 738

	2020	2019
Imparidade de novos créditos	5 379 789	27 992 127
Incremento em imparidade de créditos existentes	125 848 983	284 289 719
Desreconhecimento de imparidades	(44 708 070)	(280 031 051)
Imparidade do exercício	<u><u>86 520 702</u></u>	<u><u>32 250 794</u></u>

15. Activos financeiros ao custo amortizado

A rubrica apresentava a seguinte composição:

	2020	2019
Obrigações do tesouro	176 474 826	184 744 812
	176 474 826	184 744 812

No que diz respeito ao ano de 2020, as obrigações do tesouro representam aplicações de longo prazo (3 – 10 anos).

A tabela abaixo mostra as taxas e prazos para cada uma das emissões:

Obrigações	Montante	Data de Início	Data de Maturidade	Taxa
Obrigações de Tesouro 2017 2ª Série	30 000 000	26/04/2017	26/10/2021	16,00%
Obrigações de Tesouro 2018 4ª Série	41 888 600	13/06/2018	13/6/2021	17,25%
Obrigações 2019 VIII SÉRIE	97 409 226	17/07/2018	17/07/2021	10,00%
Obrigações de Tesouro 2019 1ª Série	7 177 000	29/11/2019	29/11/2029	7,00%

Durante o ano de 2020 verificou-se o vencimento das obrigações de tesouro constantes no quadro abaixo:

Obrigações	Montante	Data de Início	Data de Maturidade	Taxa
Obrigações de Tesouro 2017 4ª Série	10 000 000	25/10/2017	25/10/2020	27,50%

16. Outros activos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2020	2019
Compensações	-	8 029 500
Gastos com encargo diferido	9 887 111	1 790 406
Adiantamentos a fornecedores	2 090 105	1 704 081
Garantia em depósito ⁱ	12 000 000	12 000 000
Caução	4 976 271	4 166 064
Outros valores a receber ⁱⁱ	241 703 657	93 344 886
	270 657 145	121 034 937

- O depósito em garantia está relacionado à garantia que o Banco fez no Banco Central.
- O saldo de outros valores a receber inclui a dívida da Geocapital - Gestão de participações, SA que uma remuneração que este acionista concordou em pagar ao

Banco devido ao atraso na realização de capital subscrito por este acionista. Isto foi solicitado pelos outros acionistas e totalmente acordado pela Geocapital.

17. Activos não correntes detidos para venda

Em 31 de Dezembro de 2020, o Banco tinha em carteira como activos não correntes detidos para venda:

	2020	2019
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	<u>66 972 106</u>	<u>65 026 963</u>

18. Activos por impostos correntes

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2020	2019
Pagamento por conta (IRPC)	846 129	712 796
Retenções na fonte	<u>21 220 008</u>	<u>20 408 373</u>
	<u>22 066 137</u>	<u>21 121 169</u>

19. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Edifícios	Equipamentos	Obras em edifícios arrendados	Investimentos em curso	Total
Custo:					
Em 1 Janeiro de 2019	136 700 255	91 710 610	47 534 490	10 846 569	286 791 924
Adições	-	4 565 925	-	46 054 099	50 620 025
31 Dezembro de 2019	136 700 255	96 276 536	47 534 490	56 900 668	337 411 948
Adições	9 764 771	7 539 174	-	4 531 655	21 835 600
Transferências	17 952 089	7 869 111	10 145 234	(35 966 435)	-
Regularizações	-	-	-	(2 406 713)	(2 406 713)
31 Dezembro de 2020	164 417 115	111 684 820	57 679 724	23 059 176	356 840 835

	Edifícios	Equipamentos	Obras em edifícios arrendados	Investimentos em curso	Total
Depreciação e imparidade					
Saldo em 1 Janeiro 2019	25 948 716	56 307 579	17 940 188	-	100 196 483
Depreciação do exercício	11 593 556	11 371 309	3 517 860	-	26 482 724
31 Dezembro de 2019	37 542 272	67 678 888	21 458 047	-	126 679 208
Depreciação do exercício	17 982 270	10 979 054	4 109 665	-	33 070 989
31 Dezembro de 2020	55 524 542	78 657 942	25 567 712	-	159 750 197
Quantia escriturada:					
1 Janeiro 2019	110 751 539	35 403 031	29 594 302	10 846 569	186 595 440
31 Dezembro de 2019	99 157 983	28 597 647	26 076 442	56 900 668	210 732 741
31 Dezembro de 2020	108 892 572	33 026 878	32 112 012	23 059 176	197 090 639

Em 31 de Dezembro de 2020, o valor de activos tangíveis inclui activos de direito de uso no valor de 35.883.530 Meticais (2019: 43.201.689 Meticais) relativo ao arrendamento de agências e escritório onde se localiza a sede (ver nota 29).

20. Activos intangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Software	Licenças	Outros	Investimentos em curso	Total
Custo:					
Em 1 Janeiro de 2019	107 029 787	2 209 878	1 312 740	33 934 200	144 486 605
Transferências	12 617 064	684 786	15 388 490	-	28 690 340
31 Dezembro de 2019	133 401 981	2 894 664	16 701 230	20 179 070	173 176 945
Adições	13 995 982	-	-	7 063 614	21 059 596
Transferências	7 112 028	-	-	(7 112 028)	-
31 Dezembro de 2020	154 509 991	2 894 664	16 701 230	20 130 656	194 236 541
Amortização e imparidade					
Saldo em 1 Janeiro 2019	68 911 316	1 186 846	218 768	-	70 316 930
Amortização do exercício	25 526 342	490 610	437 536	-	26 454 488
31 Dezembro de 2019	94 437 658	1 677 456	656 304	-	96 771 419
Amortização do exercício	28 720 194	575 310	437 536	-	29 733 041
31 Dezembro de 2020	123 157 852	2 252 766	1 093 841	-	126 504 459
Quantia escriturada:					
1 Janeiro 2019	38 118 470	1 023 032	1 093 972	33 934 200	74 169 675
31 Dezembro de 2019	38 964 322	1 217 208	16 044 926	20 179 070	76 405 527
31 Dezembro de 2020	31 352 138	641 897	15 607 390	20 130 656	67 732 080

21. Recursos de outras instituições de crédito

Os recursos de outras instituições de crédito referem-se a empréstimos com prazos inferiores a um mês concedidos por bancos nacionais.

	2020	2019
Bancos nacionais	82 457 381	100 530 577
	82 457 381	100 530 577

Todos os valores nesta rubrica encontram-se apenas em moeda nacional

22. Recursos de clientes

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2020	2019
Depósitos à ordem		
Moeda nacional	876 191 763	499 390 501
Moeda estrangeira	24 162 717	42 874 936
	900 354 479	542 265 436
Depósitos à prazo		
Moeda nacional	1 359 825 702	861 841 222
Moeda estrangeira	374 538	307 382
	1 360 200 240	862 148 604
	2 260 554 720	1 404 414 041

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresenta-se como segue:

	2020	2019
Depósitos à ordem	900 354 479	542 265 437
Até 3 meses	458 982 746	358 756 878
Entre 3 meses e um ano	901 217 494	503 391 726
	2 260 554 720	1 404 414 041

23. Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2020	2019
Ga-Barclays Bank Pension Fund	78 475 457	116 523 059
	78 475 457	116 523 059

O montante de 78.475.457 Meticais representa as obrigações corporativas emitidas pelo Banco no final de 2018.

O banco emitiu as obrigações corporativas em 28 de Dezembro de 2018 por um período de 4 anos, sendo a taxa para os pagamentos dos primeiros dois cupões de 15%. Para o período remanescente a uma taxa variável (MIMO – 1,25%). Em 2020 foram pagos tanto os juros como parte do capital, isto é, conforme programado

24. Outros passivos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2020	2019
Credores e outros recursos	16 837 310	11 564 326
Credores por locações	42 776 328	43 031 585
Outros encargos a pagar	40 640 469	14 746 597
	100 254 107	69 342 508

25. Provisões

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2020	2019
Litígios	2 130 840	4 862 832
	2 130 840	4 862 832

A movimentação da rubrica de provisões é apresentada no quadro abaixo:

	Provisões para litígios	Provisões para férias
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	4 862 832	4 862 832
Redução	(2 731 992)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	2 130 840	4 862 832

A provisão refere-se a litígios em curso que estão em tribunal por despedimento sem justa causa e o montante é o custo estimado provável dos resultados desfavoráveis para o Banco. O horizonte temporal estimado até a conclusão destes litígios é incerto.

26. Capital social e reservas

26.1 Capital social

A 31 de Dezembro de 2020, o capital social do Banco Mais encontra-se totalmente subscrito e realizado. Em 3 de Julho de 2019, o capital social aumentou em 212.798.180 Meticais, através da emissão de 21.279.818 acções ordinárias, de 10 Meticais cada.

Em 20 de Maio de 2018, com a entrada do novo accionista Bison Capital Holding Company efectuou-se um aumento de capital no valor de 600.000.000 Meticais através da emissão de 60.000.000 de acções ordinárias, de 10 Meticais cada.

O capital social do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

2020	Número de acções	Valor nominal	Capital Social	% participação no capital
Shareholder				
Bison Capital Holding Company Limited	81 279 818	10	812 798 176	55,56%
Geocapital-Gestão de Participações S.A.	31 289 788	10	312 897 880	21,39%
Africinvest Financial Sector Limited	28 213 020	10	282 130 200	19,29%
Gildo Dos Santos Lucas	2 726 876	10	27 268 760	1,86%
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	1 899 299	10	18 992 990	1,30%
Outros	871 017	10	8 710 170	0,60%
	146 279 818		1 462 798 176	100,00%

2019	Número de acções	Valor nominal	Capital Social	% participação no capital
Shareholder				
Bison Capital Holding Company Limited	81 279 818	10	812 798 176	55,56%
Geocapital-Gestão de Participações S.A.	31 289 788	10	312 897 880	21,39%
Africinvest Financial Sector Limited	28 213 020	10	282 130 200	19,29%
Gildo Dos Santos Lucas	2 726 876	10	27 268 760	1,86%
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	1 899 299	10	18 992 990	1,30%
Outros	871 017	10	8 710 170	0,60%
	146 279 818		1 462 798 176	100,00%

26.2 Reservas

As reservas são apresentadas como se segue:

	2020	2019
Reserva de reavaliação	23 562 278	24 315 806
Reservas legal	22 350 313	350 200
	45 912 591	24 666 006

A reserva legal corresponde a uma reserva estatutária e obrigatória prevista pela Lei n.º 15/99 - Instituições de Crédito mediante a qual uma fracção não inferior a 15 % dos lucros líquidos apurados em cada exercício deve ser destinada à formação de uma reserva legal até ao limite do capital social.

27. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2020	2019
Amortização e depreciação (notas 19, 20)	62 804 030	52 937 213
Imparidade líquida (nota 14)	86 520 702	32 250 794
Provisões líquidas	(2 731 992)	2 258 688
	146 592 740	87 446 695

28. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

		Outros activos
Accionistas		
Geocapital - Gestão de Participações	2019	9 792 960
	2018	9 792 960

Benefícios ao pessoal-chave de Gestão

Durante o exercício de 2020, os vencimentos do Conselho de Administração fixaram-se em 26.725.902 Meticais (2019: 33.985.790 Meticais).

29. Locações

O Banco celebrou contractos de locação relativos a agências e instalações onde funciona a sua sede social. Estas locações têm duração de um a seis anos, com opção de renovar o contrato após o vencimento. Os valores dos contractos são ajustados anualmente para reflectir a inflação do mercado.



A informação referente as locações que o banco possui seguem abaixo:

29.1. Activos de direito de uso

Em 31 de Dezembro de 2020, os activos de direito de uso apresentavam a seguinte composição:

	2020	2019
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	43 201 687	52 215 107
Amortização e depreciação do ano	(16 431 591)	(9 013 418)
Adições	9 113 435	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	35 883 530	43 201 689

29.2. Passivo total não descontado

Em 31 de Dezembro de 2020, o passivo total não descontado apresentava a seguinte composição:

	2020	2019
Até 1 ano	15 765 336	14 549 108
Entre 1 e 5 anos	46 647 113	39 584 300
Mais de 5 anos	1 020 000	7 140 000
Passivo total	63 432 449	61 273 408

Para o desconto de fluxos de Caixa foram utilizadas as seguintes taxas:

- Contratos em moeda nacional: MIMO + 1,5%;
- Contratos em moeda estrangeira: 6,4%(Libor 12 meses).

O quadro abaixo apresenta os movimentos dos passivos por locação:

29.3. Passivos para locações

	2020	2019
Saldo inicial	43 031 585	49 870 965
Juros em locações - passivos	6 525 140	7 352 757
Total de pagamento reconhecido na demonstração de fluxo de caixa	(15 964 373)	(14 549 108)
Adições	9 183 976	356 971
Saldo final	42 776 328	43 031 585

29.4. Reconhecimento na demonstração de resultados

Os montantes reconhecidos na demonstração de resultados seguem abaixo:

	2020	2019
Juros em locações - passivos	<u>6 525 140</u>	<u>7 352 757</u>

29.5. Fluxo de Caixa

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxo de caixa para o 2020 seguem abaixo:

	2020	2019
Total de pagamento reconhecido na demonstração de fluxo de caixa	<u>15 964 373</u>	<u>14 549 108</u>

30. Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

	2020	2019
Dinheiro em caixa		
Moeda nacional (nota 10)	41 324 718	29 844 613
Moeda estrangeira (nota 10)	20 856 858	21 701 077
	<u>62 181 577</u>	<u>51 545 690</u>
Saldos no Banco de Moçambique		
Moeda nacional (nota 10)	98 507 418	277 033 433
Moeda estrangeira (nota 10)	106 225 307	30 976 960
	<u>204 732 725</u>	<u>308 010 393</u>
Saldos em outras instituições de crédito		
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 11)	57 281 056	108 712 550
	<u>57 281 056</u>	<u>108 712 550</u>
Outras aplicações de curto prazo		
Empréstimos e adiantamentos a Bancos (nota 12)	900 350 807	24 001 611
	<u>900 350 807</u>	<u>24 001 611</u>
Menos: Reservas obrigatórias no Banco de Moçambique (nota 10)	(221 608 971)	(199 997 269)
	<u>1 002 937 193</u>	<u>292 272 975</u>

31.Justo valor

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

- Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis;
- Nível 2: Outras técnicas de valorização para as quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente;
- Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data de relato. O Justo valor de instrumentos não cotados, os empréstimos de bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros é estimado de acordo com os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para a dívida em condições semelhantes, o risco de crédito e vencimentos remanescentes. A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	51.451.591	-	51.451.591
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	808.722.543	-	808.722.543
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.344.462.659	-	1.344.462.659
Activos financeiros ao custo amortizado	-	158.515.069	-	158.515.069
	-	2.363.151.862	-	2.363.151.862
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	-	73.132.932	-	73.132.932
Recursos de clientes	-	2.004.926.581	-	2.004.926.581
Outros empréstimos	-	69.601.292	-	69.601.292
	-	2.147.660.805	-	2.147.660.805
	-	4.222.188.678	-	4.222.188.678

2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	108.712.550,00	-	108.712.550
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	24.001.611,00	-	24.001.611
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.435.389.621,22	-	1.435.389.621
Activos financeiros ao custo amortizado	-	184.744.812,00	-	184.744.812
	-	1.752.848.594	-	1.752.848.594
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	-	100.530.577	-	100.530.577
Recursos de clientes	-	1.404.379.041	-	1.404.379.041
Outros empréstimos	-	116.523.059	-	116.523.059
	-	1.621.432.677	-	1.621.432.677
	-	3.142.334.776,24	-	3.142.334.776

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com as quantias escrituradas dos instrumentos financeiros do banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	2020		2019	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
Activos financeiros				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	57.281.056	51.451.591	108.712.550	97.648.927
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	900.350.807	808.722.543	24.001.611	21.558.979
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.496.790.278	1.344.462.659	1.435.389.621	1.289.310.717
Activos financeiros ao custo amortizado	176.474.826	158.515.069	184.744.812	165.943.422
	2.630.896.968	2.363.151.862	1.752.848.594	1.574.462.045
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	82.457.381	73.132.932	100.530.577	89.162.374
Recursos de clientes	2.260.554.720	2.004.926.581	1.404.379.041	1.245.568.994
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	78.475.457	69.601.292	116.523.059	103.346.394
	2.421.487.558	2.147.660.805	1.621.432.677	1.438.077.762
	265.365.704	271.447.351	187.374.230	192.340.577

O Conselho de Administração considera que o Caixa e disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em Instituições de crédito se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, foi obtido através do método de fluxo de caixa descontado.
- Os activos financeiros são descontados através da utilização dos Bilhetes do Tesouro a 7.53%. Os passivos financeiros são descontados através da MIMO a 10.25%.

32. Contingências

Garantias

	2020	2019
Garantias bancárias	215 590 362	435 833 532

33. Gestão do Risco, objectivos e políticas

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Banco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objectivo de apoiar o Conselho de Administração, foi criado o Comité de Risco a fim de gerir o risco para o Banco.

Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contra-partes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco. As contra-partes podem incluir o Governo, outros bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminua. O risco de crédito que o banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades. Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode ser exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo. A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Banco controla a concentração de risco de crédito que venham a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

Exposição máxima ao risco de crédito

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar se a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Banco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas. A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2020 e 2019 relativamente ao risco de crédito no balanço, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais,

sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos.

	Notas	2020	2019
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	266.914.301	359.556.083
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	57.281.056	108.712.550
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	12	900.350.807	24.001.611
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	13	6.327.551	6.327.551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	1.496.790.278	1.435.389.621
Activos financeiros ao custo amortizado	15	176.474.826	184.744.812
Outros activos	16	260.770.032	111.215.031
Total dos activos		3.164.908.852	2.229.947.260
Exposição ao risco de crédito relacionada com a demonstração da posição financeira			
Garantias bancárias		215.590.362	435.833.532
		215.590.362	435.833.532
Exposição total ao risco de crédito		3.380.499.214	2.665.780.792

Qualidade de crédito

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do Banco, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

Rating interno	2020				2019
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
Médio	1 445 712 642			1 445 712 642	1 405 828 566
Vencido e não em imparidade		10 715 762		10 715 762	16 332 252
Vencido e em imparidade			312 954 846	312 954 846	229 018 541
Total em 31 de Dezembro	1 445 712 642	10 715 762	312 954 846	1 769 383 250	1 651 179 359

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte. Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra e reversão, dinheiro ou títulos.
No corrente ano não houve reversões de transação de recompra;
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito de retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

A tabela a seguir mostra a exposição máxima ao risco de crédito por classe do activo financeiro, bem como o justo valor total da garantia, a garantia excedente (a medida em que o justo valor das garantias detidas é maior do que a exposição a que se refere), e a exposição líquida ao risco de crédito.

2020		Justo valor dos colaterais matidos para a cobertura do risco de crédito		Colateral líquido	Exposição líquida
	Exposição máxima ao risco de crédito	Caixa	Edifícios		
Caixa e disponibilidade no Banco Central	266 914 301	-	-	-	266 914 301
Disponibilidades em outras instituições de crédito	57 281 056	-	-	-	57 281 056
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	900 350 807	-	-	-	900 350 807
Activos financeiros ao custo amortizado	176 474 826	-	-	-	176 474 826
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 551	-	-	-	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Empresas	207 050 941	11 225 122	343 052 085	354 277 207	(147 226 266)
Particulares	1 238 506 917	-	131 693 532	131 693 532	1 106 813 385
Colaboradores	51 232 421	-	24 633 200	24 633 200	26 599 221
Outros activos	260 770 032	-	-	-	260 770 032
	3 164 908 852	11 225 122	499 378 817	510 603 939	2 654 304 914

2019		Justo valor dos colaterais matidos para a cobertura do risco de crédito		Colateral líquido	Exposição líquida
	Exposição máxima ao risco de crédito	Caixa	Edifícios		
Caixa e disponibilidade no Banco Central	359 556 083	-	-	-	359 556 083
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79 799 826	-	-	-	79 799 826
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	912 849 563	-	-	-	912 849 563
Activos financeiros ao custo amortizado	405 885 618	-	-	-	405 885 618
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 551	-	-	-	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes					
Empresas	445 581 455	15 691 318	187 725 508	203 416 826	242 164 629
Particulares	845 098 165	-	44 235 729	44 235 729	800 862 436
Colaboradores	61 478 840	-	13 331 469	13 331 469	48 147 371
Outros activos	55 516 648	-	-	-	55 516 648
	3 172 093 750	15 691 318	245 292 706	260 984 024	2 911 109 726

Actualmente não existem recuperações em curso dos colaterais referentes a créditos abatidos do activo.

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros. A análise da concentração do risco de crédito por tipo de cliente apresenta-se como segue:

2020	Caixa e disponibilidades no Banco Central	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a Bancos	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros activos	Total
Empresas	-	-	-	207.050.941	-	6.327.551	-	213.378.492
Particulares	-	-	-	1.289.739.338	-	-	-	1.289.739.338
Governo	266.914.301	-	-	-	176.474.826	-	-	443.389.128
Serviços financeiros	-	57.281.056	900.350.807	-	-	-	-	957.631.863
Outros	-	-	-	-	-	-	260.770.032	260.770.032
	266.914.301	57.281.056	900.350.807	1.496.790.278	176.474.826	6.327.551	260.770.032	3.164.908.852

2019	Caixa e disponibilidades no Banco Central	Disponibilidades em outras instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a Bancos	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros activos	Total
Empresas	-	-	-	225.603.636	-	6.327.551	-	231.931.188
Particulares	-	-	-	1.209.785.985	-	-	-	1.209.785.985
Governo	359.556.083	-	-	-	184.744.812	0	-	544.300.895
Serviços financeiros	-	108.712.550	24.001.611	-	-	-	-	132.714.161
Outros activos	-	-	-	-	-	-	111.215.031	111.215.031
	359.556.083	108.712.550	24.001.611	1.435.389.621	184.744.812	6.327.551	111.215.031	2.229.947.259

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário. O Banco mantém uma carteira de activos com alguma liquidez, assim como diversificada, que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. O Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 11.5% e 34.5% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado em moeda nacional e moeda estrangeira respectivamente. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2020

Activo	À vista	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa e disponibilidade no Banco Central	266 914 301	-	-	-	-	266 914 301
Disponibilidades em outras instituições de crédito	57 281 056	-	-	-	-	57 281 056
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	900 350 807	-	-	-	900 350 807
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	6 327 551	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	83 832 935	249 607 400	1 050 600 440	112 749 503	1 496 790 278
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	176 474 826	-	176 474 826
Outros activos	-	260 770 032	-	-	-	260 770 032
Total do activo	324 195 357	1 244 953 774	249 607 400	1 227 075 266	119 077 055	3 164 908 852
Passivos financeiros						
Recursos de outras instituições de crédito	-	82 457 381	-	-	-	82 457 381
Recursos de clientes	802 166 958	444 566 867	1 013 820 895	-	-	2 260 554 720
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	-	78 475 457	-	78 475 457
Outros passivos	-	100 254 108	-	-	-	100 254 108
Total do passivo	802 166 958	627 278 356	1 013 820 895	78 475 457	0	2 521 741 666
Excesso(Escassez) de liquidez	(477 971 601)	617 675 418	(764 213 495)	1 148 599 809	119 077 055	643 167 187

2019

Activo	À vista	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa e disponibilidade no Banco Central	359 556 083	-	-	-	-	359 556 083
Disponibilidades em outras instituições de crédito	108 712 550	-	-	-	-	108 712 550
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	-	15 589 073	8 412 538	-	-	24 001 611
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-	6 327 551	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	229 157 423	296 321 541	750 206 460	159 704 197	1 435 389 621
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	184 744 812	-	184 744 812
Outros activos	-	111 215 031	-	-	-	111 215 031
Total do activo	468 268 633	355 961 527	304 734 079	934 951 272	166 031 748	2 229 947 259
Passivos financeiros						
Recursos de outras instituições de crédito	-	100 530 577	-	-	-	100 530 577
Recursos de clientes	542 265 637	365 257 061	496 856 342	-	-	1 404 379 041
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	-	116 523 059	-	116 523 059
Outros passivos	-	69 342 508	-	-	-	69 342 508
Total do passivo	542 265 637	535 130 146	496 856 342	116 523 059	0	1 690 775 184
Excesso(Escassez) de liquidez	(73 997 004)	(179 168 618)	(192 122 264)	818 428 213	166 031 748	539 172 075

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irão variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos. O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada em uma base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito. Os activos e passivos incluídos na tabela estão mensurados pela quantia escriturada e categorizada pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade. O Banco não está sujeito ao risco de taxa de juros em relação aos itens extrapatrimoniais.

A tabela abaixo resume a exposição bruta do Banco à taxa de juro a 31 de Dezembro de 2020:

2020

Activos

	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Acima de 1 ano	Instrumentos não remunerados	Total
Caixa e disponibilidade no Banco Central	-	-	-	266 914 301	266 914 301
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	57 281 056	57 281 056
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	900 350 807	-	-	-	900 350 807
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	6 327 551	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	83 832 935	249 607 400	1 163 349 943	-	1 496 790 278
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	176 474 826	-	176 474 826
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Outros activos	260 770 032	-	-	-	260 770 032
Total dos activos não descontados	1 244 953 774	249 607 400	1 339 824 769	330 522 909	3 164 908 852

Passivos

Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	82 457 381	-	-	-	82 457 381
Recursos de clientes	444 566 867	1 013 820 895	-	802 166 958	2 260 554 720
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	78 475 457	-	78 475 457
Outros passivos	100 254 108	-	-	-	100 254 108
Total dos passivos não descontados	627 278 356	1 013 820 895	78 475 457	802 166 958	2 521 741 666
Gap acumulado	617 675 418	(764 213 495)	1 261 349 313	(471 644 049)	643 167 187

2019

Activos

	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Acima de 1 ano	Instrumentos não remunerados	Total
Caixa e disponibilidade no Banco Central	-	-	-	359 556 083	359 556 083
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	108 712 550	108 712 550
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	15 589 073	8 412 538	-	-	24 001 611
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	6 327 551	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	229 157 423	296 321 541	909 910 657	-	1 435 389 621
Activos financeiros ao custo amortizado	-	-	184 744 812	-	184 744 812
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Outros activos	111 215 031	-	-	-	111 215 031
Total dos activos não descontados	355 961 527	304 734 079	1 094 655 469	474 596 184	2 229 947 259

Passivos

Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	100 530 577	-	-	-	100 530 577
Recursos de clientes	365 257 061	496 856 342	-	542 265 637	1 404 379 041
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	-	-	116 523 059	-	116 523 059
Outros passivos	69 342 508	-	-	-	69 342 508
Total dos passivos não descontados	535 130 146	496 856 342	116 523 059	542 265 637	1 690 775 184
Gap acumulado	(179 168 618)	(192 122 264)	978 132 410	(67 669 453)	539 172 075

A sensibilidade em lucros ou prejuízos da alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável é a seguinte:



<u>Variação em pontos base</u>		<u>Impacto no resultado após imposto</u>
2020	+50pb	(732 690)
	-50pb	732 690
2019	+50pb	78 967
	-50pb	(78 967)

Risco cambial

O Banco toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais, nas suas posições financeiras e fluxos de caixa. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, que é controlada diariamente pela tesouraria, com a supervisão de um gestor sénior. O lucro antes do imposto em 31 de Dezembro de 2020 sofreria uma redução em cerca de 1.912.340 Meticais (em 31 de Dezembro de 2019, o lucro antes do imposto sofreria um aumento em cerca de 30.224 Meticais) se a taxa de câmbio flutua-se conforme ilustra a tabela abaixo (Flutuação corrente nas taxas de câmbio). Os valores negativos na tabela reflectem uma redução potencial nos resultados ou no capital próprio, enquanto que os valores positivos reflectem um aumento líquido potencial no resultado e no capital próprio. Uma redução equivalente em cada uma das moedas abaixo contra o Metical teria um impacto inverso nos resultados.

A análise de sensibilidade será baseada no pressuposto de um movimento de 3%, em cada direcção. A informação abaixo reflecte o efeito de tal movimento em lucros ou prejuízos:

	USD	EURO	ZAR	GBP
2020	3 749 088	(163 802)	(2 051 097)	100 596
2019	887 233	261 712	199 995	43 064

Se as moedas estrangeiras enfraquecessem / fortalecessem relativamente ao Metical pelos mesmos percentuais estabelecidos no quadro acima, observaríamos um efeito igual, mas oposto em lucro ou prejuízos.

31-dez-20

Moeda	Posição líquida	Taxa de câmbio	Variação da taxa de	Impacto no resultado
US Dollar	124 969 607	74,9	22%	364 532
Euro	(5 460 067)	92,04	34%	(19 935)
ZAR	(68 369 895)	5,11	17%	(2 265 658)
GBP	3 353 188	102,17	27%	8 721
				(1 912 340)

31-dez-19

Moeda	Posição líquida	Taxa de câmbio	Variação da taxa de	Impacto no resultado
US Dollar	29 574 433	61,47	0%	-
Euro	8 723 719	68,89	-2%	(2 452)
ZAR	6 666 511	4,37	2%	32 079
GBP	1 435 466	80,72	3%	597
				30 224

A tabela abaixo resume a exposição do Banco ao risco cambial de moedas estrangeiras em 31 de Dezembro de 2020. Incluídos na tabela encontram-se também os instrumentos financeiros classificados por moeda:

2020	MZN	USD	EUR	ZAR	GBP	Total
Activo						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	142 218 760	115 222 163	-	9 085 642	387 735	266 914 300
Disponibilidades em outras instituições de crédito	26 960 608	26 233 649	-	-	4 086 800	57 281 056
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	900 350 807	-	-	-	-	900 350 807
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 551	-	-	-	-	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 489 923 288	6 866 991	-	-	-	1 496 790 278
Activos financeiros ao custo amortizado	176 474 826	-	-	-	-	176 474 826
Outros activos	144 047 420	56 898 350	3 678 993	56 212 474	-	260 837 238
	2 886 303 260	205 221 153	3 678 993	65 298 116	4 474 535	3 164 976 058
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	(57 824 829)	-	6 896 809	133 385 400	-	82 457 381
Recursos de clientes	2 234 424 562	22 507 942	2 218 258	282 610	1 121 347	2 260 554 720
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	78 475 457	-	-	-	-	78 475 457
Outros passivos	42 486 512	57 743 604	23 992	-	-	100 254 108
	2 297 561 702	80 251 546	9 139 059	133 668 011	1 121 347	2 521 741 664
Exposição líquida	588 741 558	124 969 607	(5 460 067)	(68 369 895)	3 353 188	643 234 393

2019	MZN	USD	EUR	ZAR	GBP	Total
Activo						
Caixa e disponibilidade no Banco Central	293 540 479	61 286 940	4 048 357	457 115	223 191	359 556 082
Disponibilidades em outras instituições de crédito	63 764 481	11 862 430	25 431 970	6 441 395	1 212 275	108 712 550
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	24 001 611	-	-	-	-	24 001 611
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 327 551	-	-	-	-	6 327 551
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 432 340 027	3 049 594	-	-	-	1 435 389 621
Activos financeiros ao custo amortizado	184 744 812	-	-	-	-	184 744 812
Outros activos	108 599 526	544 188	2 071 316	-	-	111 215 031
	<u>2 113 318 487</u>	<u>76 743 153</u>	<u>31 551 643</u>	<u>6 898 510</u>	<u>1 435 466</u>	<u>2 229 947 260</u>
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	100 530 577	-	-	-	-	100 530 577
Recursos de clientes	1 340 599 407	44 017 387	19 565 247	232 000	-	1 404 414 041
Títulos de dívida emitidos e outros empréstimos	116 523 059	-	-	-	-	116 523 059
Outros passivos	62 928 498	3 151 333	3 262 677	-	-	69 342 508
	<u>1 620 581 541</u>	<u>47 168 720</u>	<u>22 827 924</u>	<u>232 000</u>	<u>-</u>	<u>1 690 810 183</u>
Exposição líquida	<u>492 736 946</u>	<u>29 574 433</u>	<u>8 723 719</u>	<u>6 666 511</u>	<u>1 435 466</u>	<u>539 137 076</u>

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidas pelo Banco de Moçambique. Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e



- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

O Banco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito à adequação dos rácios de Capitais Próprios tal como a Solvabilidade e Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada banco para manter o nível mínimo de rácio de solvabilidade de 12%. A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

	2020	2019
Fundos próprios de base (Tier I)		
Capital social	1 462 798 176	1 462 798 176
Resultados transitados	(492 821 884)	(581 440 356)
Activos intangíveis	(67 732 080)	(76 405 527)
Insuficiência de provisões	(19 324 474)	(14 595 689)
Total dos fundos próprios de base (Tier I)	882 919 737	790 356 605
Fundos próprios complementares (core Tier II)		
Outros	19 571 337	19 582 909
Total dos fundos próprios complementares (core Tier II)	19 571 337	19 582 909
Fundos próprios elegíveis (Tier I and Tier II)	902 491 075	809 939 514
Activos ponderados pelo risco (RWA)		
Activos do balanço	1 940 045 263	1 773 671 353
Activos fora do balanço	107 795 181	217 916 766
Riscos operacional e de mercado	311 703 573	101 837 056
Total dos activos ponderados pelo risco	2 359 544 016	2 093 425 175
Rácios prudenciais		
Core Tier I	37,42%	37,75%
Core Tier II	0,83%	0,94%
Rácio de solvabilidade	38,25%	38,69%
Rácio de solvabilidade mínimo exigido	12,00%	11,00%

O principal objectivo da gestão de capital do Banco é assegurar a conformidade com os objectivos estratégicos em termos de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as exigências mínimas de capital estabelecidos pelo Banco de Moçambique, o que reflecte um rácio mínimo de solvabilidade em relação aos riscos assumidos no decurso da sua actividade.

34. Continuidade operacional

De acordo com o Aviso n.º 7 / GBM / 2017 (“Aviso”) emitido pelo Banco Central em 3 de Abril de 2017, todos os bancos comerciais devem ter um capital social emitido mínimo de 1.700.000.000 Meticaís até 30 de Junho de 2020. Em 31 de Dezembro de 2020, o banco possui um capital social total de 1.462.798.176 Meticaís, 237.201.824 Meticaís abaixo do requisito para Junho de 2020.

Em 24 de Setembro de 2020, os Accionistas aprovaram a alteração da licença bancária de um banco comercial para microbanco durante uma assembleia geral extra ordinária, a fim de que o Banco cumpra os requisitos mínimos de capital. Foi enviado um pedido ao regulador, Banco Central durante o ano de 2020 e após o final do ano, a aprovação para alterar a licença para microbanco foi recebida do regulador em 11 de Janeiro de 2021. A transição efectiva para o microbanco não foi, contudo, finalizada até à data destas demonstrações financeiras, uma vez que há uma série de processos que teriam de ser realizados para que a mudança fosse efectiva.

Os Administradores consideram a mudança para o microbanco como uma medida temporária enquanto os mesmos exploram os seguintes planos para obter o capital social adicional:

- Junto dos actuais accionistas;
- Explorar a possibilidade de busca de financiamento e fusão com outro banco;

A aprovação do Banco Central da mudança para microbanco garantirá a continuidade da actividade do Banco no que respeita ao cumprimento dos requisitos mínimos de capital, se todas as fases restantes necessárias tiverem sido satisfatoriamente concluídas entre o Banco e o regulador.

Dessa forma, as demonstrações financeiras são preparadas com base nas políticas contabilísticas aplicáveis a uma instituição em continuidade de operações. Essa base pressupõe que fundos estarão disponíveis para financiar operações futuras e que a realização de activos bem como a liquidação de obrigações ocorrerão no curso normal dos negócios.

35.Acontecimentos após a data de balanço

Até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificam eventos favoráveis ou desfavoráveis para o Banco que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

36.Novos pronunciamentos contabilísticos

Normas emitidas mas ainda não adoptadas

Um número de normas novas e alterações nas normas são efectivas para períodos com início após 1 de Janeiro de 2020 e a sua aplicação antecipada é permitida. O Banco não previu a adopção das seguintes normas novas ou alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as normas novas e alteradas que se seguem tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.

- Contratos Onerosos - Custo de Execução de um Contrato (Emendas à IAS 37).
- COVID-19- Concessões de Locação Relacionadas (Emenda à IFRS 16)
- Propriedade, instalações e equipamento: Procede antes do Uso Pretendido (Emendas à IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceptual (Emendas à NIRF 3).
- Classificação de Passivos como Correntes ou Não Correntes (Emendas à IAS 1).
- NIRF 17 Contratos de Seguro e emendas à IFRS 17 Contratos de Seguro:



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co.mz

Relatório dos Auditores Independentes

Para os Accionistas da Banco Mais SA

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras do Banco Mais, SA (o "Banco") constantes nas páginas 7 a 70, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2020 e a demonstração de resultados, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco Mais, SA em 31 de Dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Base para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas em pormenor na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes do Banco de acordo com o Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas da Federação Internacional de Contabilistas (Código IESBA) e de acordo com outros requisitos de independência aplicáveis à realização de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas nos termos destes requisitos e com o Código IESBA. Acreditamos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras informações

Os administradores são responsáveis pelas outras informações. As outras informações incluem a declaração de responsabilidade dos Administradores e o relatório da administração. As outras informações não incluem as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange as outras informações e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre as mesmas.

Em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade consiste em ler as outras informações e, ao fazê-lo considerar sobre se as outras informações são materialmente inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se, de outra forma, parecem conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizámos, concluirmos que existe uma distorção material nestas outras informações, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidades dos Administradores em relação às Demonstrações Financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e por um sistema de controlo interno que determinem ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções, devido a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade do Banco em continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade, divulgando, conforme aplicável, assuntos relacionados com o pressuposto da continuidade e utilizar o pressuposto da continuidade, a menos que os administradores pretendam dissolver o Banco e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos são obter uma garantia de fiabilidade sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma garantia de fiabilidade é um alto nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISA detecte sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderem influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e implementamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultando de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressarmos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório dos auditores, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que o Banco deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.



Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Abel Jone Guaiaguaia', written over a horizontal line.

Abel Jone Guaiaguaia 04/CA/OCM/2012

Sócio

22 de Abril de 2021

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas do Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A.

Na qualidade de fiscal único do **Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A.**, uma sociedade anónima de direito moçambicano, com o capital social de 1 462 798 176 Meticais (Um bilião, quatrocentos e sessenta e dois milhões, setecentos e noventa e oito mil, cento e setenta e seis Meticais), matriculada junto da Conservatória de Registo das Entidades Legais, sob o número 100053209 (um, zero, zero, zero, cinco, três, dois, zero, nove), e titular do número único de identificação tributária (NUIT) 500001070, cumpre dar o parecer sobre o balanço e contas da referida sociedade referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, bem como sobre o relatório da administração da sociedade referente ao mesmo exercício, documentos estes que nos foram apresentados pela respectiva administração.

Relatório

O Fiscal Único e signatário do presente parecer, acompanhou com regularidade e extensão considerada razoável para as circunstâncias a evolução do Banco e procedeu aos exames, apreciações, verificações da regularidade dos seus registos e observância das normas e regulamentos aplicáveis com base na informação prestada pelo Conselho de Administração, de natureza contabilística, financeira e de gestão do risco, bem como a informação fornecida pelos Auditores Externos, tendo, sempre que solicitado, merecida a colaboração do Conselho de Administração do Banco.

O Fiscal Único efectuou reuniões com a administração e demais direções do Banco de modo a acompanhar as respectivas actividades e avaliar a adequacidade e eficácia dos sistemas de controlo interno do Banco.

O Fiscal único examinou o Balanço do Banco e a Demonstração de Resultados referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2020, e conclui que as mesmas apresentam-se de forma apropriada e satisfazem os requisitos legais, assim como contêm as menções obrigatórias, deles contando todos os elementos indispensáveis.

O activo total líquido do Banco e os seus capitais próprios, foram calculados conforme as regras do Banco de Moçambique, totalizando respectivamente 3 528 656 926 Meticais (Três biliões, quinhentos e vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e seis Meticais) e 933 888 770 Meticais (Novecentos e trinta e três milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, setecentos e setenta Meticais) o que representa um aumento substancial de 35% nos activos e um aumento nos capitais próprios de 3%.

Os resultados líquidos do Banco atingiram 87 864 944 Meticais (Oitenta e sete milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e quarenta e quatro Meticais) notando se um decréscimo de 40% comparativamente ao ano anterior.

O Fiscal Único apreciou, de igual modo, o Relatório dos Auditores Externos, KPMG, S.A. relativo às demonstrações financeiras do **Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio ao Investimento, S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 cujo âmbito de auditoria e a opinião expressa mereceu a sua concordância.

O Fiscal Único obteve informação da Administração em relação aos impactos da pandemia COVID-19, do processo em curso com vista à adequação do capital social do Banco aos requisitos do Aviso nº. 7/GBM/2017, de 3 de Abril e ainda do processo de transformação do Banco em Caixa Geral de Poupança e Crédito.

Parecer

Face ao exposto acima, o fiscal único considera que as demonstrações financeiras e o relatório de Conselho de Administração, assim como a proposta de aplicação de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro 2020, estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e demais disposições legais, estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral dos Acionistas.

Maputo, 22 de Abril de 2021



(Assinado por Zacaria Fakir em representação da Deloitte & Touche (Moçambique), Lda)

Na qualidade de Fiscal Único do **BANCO MAIS - Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A.**



**BANCO
MAIS**
Member of BISON Group

Notas as demonstrações financeiras do exercício findo em
31 de Dezembro de 2020
(valores expressos em Meticals)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM A CIRCULAR nº3/SHC/2007



MODELO III

Balanço - Contas Individuais (Activo)

Rubricas		Notas / Quadros anexos	2020			2019
			Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	
	Activo					
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais		266.914.301		266.914.301	359.556.083
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito		57.281.057		57.281.057	108.712.549
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação					
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		6.327.551		6.327.551	6.327.551
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda		6.375.937		6.375.937	1.674.647
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito		900.000.464		900.000.464	24.032.844
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes		1.772.419.637	272.592.972	1.499.826.665	1.438.398.594
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade		174.632.203		174.632.203	181.493.177
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra		350.343			
21	Derivados de cobertura					
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda		66.972.106		66.972.106	65.026.963
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento					
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis		325.526.959	128.427.856	197.099.103	210.732.741
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis		194.236.539	126.504.459	67.732.080	76.405.527
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
300	Activos por impostos correntes		22.066.137		22.066.137	21.121.169
301	Activos por impostos diferidos					
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos		257.000.926		257.000.926	123.306.017
	Total de activos		4.050.104.160	527.525.287	3.522.228.530	2.616.787.862

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.



Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III (PASSIVO)

Balanço - Contas Individuais (Passivo)

Rubricas		Notas / Quadros anexos	2020	2019
	Passivo			
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais			622.448
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação			
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito		81.960.200	99.908.129
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos		2.260.426.041	1.404.295.478
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos		78.475.457	116.523.059
44	Derivados de cobertura			
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas			
47	Provisões		2.308.774	5.040.766
490	Passivos por impostos correntes			
491	Passivos por impostos diferidos		10.363.657	12.200.614
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital			
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados			
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos		95.649.521	72.173.543
	Total de Passivo		2.529.183.649	1.710.764.037
	Capital			
55	Capital		1.462.798.176	1.462.798.176
602	Prémios de emissão			
57	Outros instrumentos de capital			
56	(Ações próprias)			
58 + 59	Reservas de reavaliação		23.562.277	24.315.805
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados		-581.180.516	-727.757.572
64	Resultado do exercício		87.864.944	146.667.417
63	(Dividendos antecipados)			
	Total de Capital		993.044.881	906.023.826
	Total de Passivo + Capital		3.522.228.530	2.616.787.863



MODELO IV

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

Rubricas		Notas / Quadros anexos	2020	2019
79 + 80	Juros e rendimentos similares		522.239.911	536.591.192
66 + 67	Juros e encargos similares		161.082.031	207.890.810
	Margem financeira		361.157.879	328.700.382
82	Rendimentos de instrumentos de capital			
81	Rendimentos com serviços e comissões		36.904.843	31.227.870
68	Encargos com serviços e comissões		18.462.039	13.570.243
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial		51.800.982	58.181.520
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos			
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração		5.435.157	86.084.297
	Produto bancário		436.836.823	490.623.826
70	Custos com pessoal		118.298.848	138.789.046
71	Gastos gerais administrativos		84.541.362	118.181.739
77	Amortizações do exercício		62.804.030	52.937.213
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		-2.731.992	2.258.688
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		86.520.702	32.250.795
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações			
	Resultados antes de impostos		87.403.874	146.206.346
	Impostos			
65	Correntes		461.072	461.072
74 - 86	Diferidos			
640	Resultados após impostos		87.864.944	146.667.417
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.